

ENTREVISTA – SÉRGIO LEITE

## “Reforma agrária subiu da segunda para a primeira divisão”

Assim como no futebol, a agenda internacional reserva diferentes níveis de relevância para determinados temas. Depois da II Conferência da FAO, a reforma agrária, na opinião de pesquisador da UFRRJ, foi promovida para a “primeira divisão” dos debates em escala global.

**Maurício Hashizume – Carta Maior**

PORTO ALEGRE – A II Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR) promovida pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) elevou os temas debatidos à “primeira divisão” da agenda internacional, “como se fosse um time [de futebol] da segunda divisão que voltou para a primeira”. A avaliação é do pesquisador Sérgio Leite, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

“Isso não quer dizer que a reforma agrária ganhará o campeonato. Mas o fato de estar na primeira divisão é bastante positivo. Agora, pelo menos há disputa”, emenda Leite. Em entrevista à CARTA MAIOR, ele faz a ligação da armadilha conceitual colocada para a reforma agrária com as conclusões a que chegou em trabalhos que vêm desenvolvendo na área. Na seqüência, o acadêmico ainda faz uma avaliação do papel do Brasil no que se refere à questão, seguida de um panorama sobre o poder de instituições como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e de explicações sobre a base de sustentação do processo em curso. Leia a seguir trechos transcritos da análise de Sérgio Leite.

### ARMADILHA

Foi imposta uma armadilha à reforma agrária, que coloca essa política pública como uma coisa do passado, como um surto de nostalgia. Do ponto de vista do senso comum, esse segmento trabalha com parâmetros de que a reforma agrária pode, no máximo, vir a ser uma medida assistencial. Ou seja, essa versão ficou encaixotada dentro da idéia de que a reforma agrária é obsoleta, ineficiente, custosa e, principalmente, fadada a baixos resultados.

Temos que pensar em como sair da armadilha e avançar com o projeto estratégico da reforma agrária, dentro de um conjunto maior de transformações rurais. Aqui, em diferentes depoimentos, as dimensões ambiental, alimentar, de condições de vida, da sustentabilidade em sentido mais amplo foram lembradas.

Nessa direção, a proposta colocada é a de romper com as críticas economicistas que reduziram o significado da reforma agrária, seja na linha de uma política assistencial, seja ainda na linha da política estrita de distribuição de ativos fundiários. Ainda que essa distribuição seja uma medida extremamente importante porque temos uma forte concentração de terras, que paira em diferentes países do mundo, inclusive no Brasil.

Determinados processos de conquista de autonomia de sujeitos sociais que são incorporados à esfera cidadã por meio do acesso à terra, à água e aos recursos naturais permitem uma expansão das capacidades humanas, suprimindo entraves que oprimiam as condições de liberdade dessas pessoas. É nessa linha que Amartya Sen [economista indiano da Universidade de Harvard, nos EUA, laureado com o Prêmio Nobel de Economia em 1998] entende a idéia de desenvolvimento, como um leque de oportunidades sociais, entre as quais a própria questão da terra e da reforma agrária.

### PESQUISA E CONCLUSÕES

Trabalhamos com assentamentos no Rio de Janeiro e a minha preocupação particular, junto com os outros colegas que também trabalharam na pesquisa, foi observar como é que se dão as estratégias socioeconômicas definidas pelas famílias assentadas para o seu próprio mecanismo de reprodução. Eu me concentrei muito na análise do orçamento doméstico, durante um ciclo de safra agrícola completo de 12 meses, numa espécie de balanço de receitas e despesas bastante detalhado para ver como se conseguia renda – quais eram as estratégias de obtenção de rendimentos – e como a família desenvolvia as atividades produtivas e não produtivas no interior do seu lote no assentamento.

Entre as várias conclusões que poderiam ser destacadas, chegamos à constatação – que não está apenas nesta pesquisa – da melhora das condições de alimentação quando a família tem acesso à terra. Isso pode ser mensurado depois por pesquisas mais próximas aos nutricionistas. O que me interessava era aferir em que medida o acesso à terra, que permite cultivos e criações locais, respondia pela capacidade de balanço interno familiar entre as necessidades de consumo e as necessidades de produção até para garantia de renda, de bens comercializados.

Notei então duas coisas: não podemos limitar a reforma agrária única e exclusivamente na dimensão agrícola produtiva. Os especialistas chamam isso de pluriatividade ou ainda de multifuncionalidade da agricultura, ou seja, a valorização de outras funções que não são limitadas exclusivamente à atividade econômica e agrícola. O reconhecimento disso já me parece um

avanço. Alguns manuais para assentados ainda não prevêem atividades econômicas fora do lote, por exemplo. É preciso ficar claro que isso precisa ser entendido como toda uma lógica maior da estratégia de reprodução familiar.

O segundo ponto que me pareceu importante foi mostrar como alguns elementos não contabilizados e não convertidos em rendimentos monetários – portanto, “invisíveis”, até pelos próprios assentados - são estrategicamente dentro dessa lógica de acumulação e de reprodução social das famílias. Nossa tarefa foi de certa forma quantificar isso, dar as evidências necessárias para isso. Fizemos um levantamento do montante obtido, fazendo estimativas como se o assentado fosse vender ou comprar o produto caso não o produzisse, trabalhando com a variável do tempo. Foi interessante observar que justamente nos momentos em que a renda monetária agrícola era negativa (período de entressafra, alta dos custos de produção, etc.), o que garantia que os rendimentos totais fossem positivos eram aqueles advindos do autoconsumo das famílias, que não são monetários, mas garantem uma subsistência alimentar aos membros da família e servem como insumo para a criação animal por eles produzida – a mandioca para a criação de porcos, por exemplo. Foi isso que nos chamou a atenção: sem colocar isso como questão explícita de planejamento estratégico da família, camponeses e trabalhadores assentados estabelecem uma relação lógica, não muito clara para eles, valendo-se das estratégias de autoconsumo.

Chegamos à conclusão que do total do valor gerado na atividade agrícola de um determinado lote, de 30% a 35% é relativo ao autoconsumo humano e animal. O que pode ser trabalhado como uma estratégia de segurança alimentar das famílias, garantindo pelo menos uma estabilidade básica de uma necessidade humana primária que é a alimentação. Por isso a relação direta entre programas de reforma agrária e programas de segurança alimentar e nutricional.

#### PAPEL DO BRASIL

Eu me lembro que no Fórum [Mundial de Reforma Agrária] de Valencia [na Espanha] a questão do contexto brasileiro foi trabalhada com muita importância. Alguns fatores que pesaram substancialmente para isso: a extensão territorial do país (falar em reforma agrária no Brasil significa enfrentar uma diversidade de lutas enorme, além de diferenças regionais bastante acentuadas), a posição estratégica do país no contexto geopolítico internacional, sobretudo na América Latina. E naquele momento, havia também uma expectativa em relação ao governo Lula, por causa de uma demanda reprimida referente a uma bandeira histórica do Partido dos Trabalhadores. Eu mesmo fiquei surpreso com um certo foco no caso brasileiro em Valencia.

Houve um papel importante do país na tarefa de trazer à tona o tema em nível internacional que, de certa forma, vai cacifar o país a ser a sede da II Conferência da FAO. Isso inclusive já estava sendo discutido lá em Valencia, em 2004. Mas isso é uma faca de dois gumes. Se a experiência brasileira também não progride, o efeito multiplicador que ela poderia ter no sentido ascendente pode ter efeitos adversos. O fato de você estar na vitrine tem implicações que podem ser capitalizadas e bem aproveitadas ou não. É esse o dilema o Brasil.

#### PODER DA OMC E SUSTENTAÇÃO DO PROCESSO

Trata-se de um campo de disputa muito pesado. E não só na OMC. Semana que vem [nesta semana] em Curitiba nós teremos um encontro das Nações Unidas sobre transgênicos, por exemplo. Dentro das próprias agências da ONU, há um desequilíbrio muito forte dependendo do campo temático; imagino que inclusive dentro da FAO. O que de interessante houve nesta II Conferência foi o retorno do tema à agenda internacional, como se fosse um time da segunda divisão que voltou para a primeira. Isso não quer dizer que a reforma agrária ganhará o campeonato. Mas o fato de estar na primeira divisão é bastante positivo. Agora, pelo menos há disputa.

A lista de presença de delegações nesta conferência comprova a forte participação da África. As delegações oficiais dos países da América Latina estão até pouco representadas ou sem representantes do alto escalão. Na África, o problema da terra e dos recursos naturais é evidente, eminente e, em alguns casos, até conflitivo. O fato de você ter como esteio uma base social de foras e atores efetivamente presente e mobilizada dá segurança de que o processo não deve sair da pauta. Isso dá uma base à sustentação à política agrária seja importante, por mais que as políticas de alguns países sejam conservadoras ou até retrógradas.

[http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=10244&alterarHomeAtual=1](http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10244&alterarHomeAtual=1)



ENTREVISTA – FLÁVIO PERRI

**Sentido humano da reforma agrária foi reforçado, diz embaixador do Brasil na FAO**

Para o embaixador Flávio Perri, representante do Brasil junto à FAO, II Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR) alargou a base conceitual do tema, com ênfase em seu sentido humano.

## Maurício Hashizume - Carta Maior

PORTO ALEGRE – A compreensão da comunidade internacional a respeito de reforma agrária e desenvolvimento rural não será a mesa depois da II Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR) da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), realizada na semana que se passou na capital gaúcha.

Na opinião do embaixador Flávio Perri, representante permanente e plenipotenciário do Brasil junto à FAO, houve um significativo alargamento conceitual do tema, com ênfase no sentido humano. Tais conquistas se traduziram, entre outras resoluções, no reforço da capacidade de deliberação do comitê de segurança alimentar da entidade. Leia a seguir, os principais trechos da entrevista concedida pelo embaixador com exclusividade para a CARTA MAIOR.

CARTA MAIOR - Quais foram os principais resultados desta conferência?

FP – Foi uma conferência substancialmente inovadora. Todos os aspectos do que venha a ser desenvolvimento rural sustentável e reforma agrária estão amplamente descritos e resolvidos no documento final, no ponto de vista de seus termos conceituais.

Não se trata de os governos apenas promoverem apenas a idéia de distribuição ou repartição de terras, de ordenamento territorial. Sem a terra não há reforma agrária, mas os governos têm que estar atentos e presentes para promover outros parâmetros: infra-estrutura, condições de acesso, armazenamento, financiamento, tecnologia, assistência e outras questões que estão na origem da boa produção.

A reforma agrária também não pode dispensar o desenvolvimento de mercados locais, nacionais, como em países como o Brasil. Aqui, a reforma agrária visa os trabalhadores rurais sem-terra, os pequenos proprietários, grupos tradicionais, grupos especiais como os quilombolas, faixas da população indígena e até pescadores tradicionais que foram deslocados e perderam para a grandes companhias pesqueiras. A reforma agrária é uma decisão nacional. Compete a cada país, com suas peculiaridades sociais, o desenvolvimento do seu próprio programa.

Mas é evidente que uma conferência como essa dá um enfoque na cooperação internacional. Haverá muito trabalho resultante daquilo que aqui se iniciou depois de 27 anos. O que nós vimos foi uma retomada do assunto pela comunidade internacional. Participaram 96 países, um número expressivo para um assunto não muitas vezes compreendido - e por isso polêmico. Tivemos aqui uma grande maioria dos países mais diretamente interessados, que são os países em desenvolvimento, onde as desigualdades e os desequilíbrios são muito evidentes.

CM – O que podemos esperar, na prática, dessa retomada do tema da reforma agrária como parte da agenda global?

FP - Em matéria de cooperação internacional, o assunto será mantido na mesa de debate no âmbito da FAO, como foi indicado na declaração final. Dentro da hierarquia dos órgãos da FAO, haverá o apoio do secretariado na produção de papéis, estudos e resumos sobre situações nacionais. No plano dos comitês diretores da FAO, o comitê de agricultura, que tem o dever de relatar a cada quatro anos a situação da terra no mundo, "perde" lugar para o comitê de segurança alimentar, que abriga o esforço de produzir e dar alimentos, bem como garantir emprego na zona rural e tecnologia competente para aumentar a produtividade, etc.

O comitê de segurança alimentar acaba por abranger todo o trabalho relacionado ao problema social da exclusão no campo, tanto no sentido competente para a produção de alimentos como para o acesso aos que não têm recursos disponíveis para produzir alimentos. Quem sofre com a carência horrível e desumana da fome não tem nem mesmo energia para trabalhar. Toda essa presença do governo está sendo pensada nesse sentido. Na medida em que tudo for realizado como um projeto de conjunto, haverá condições para trabalhar com todos esses elementos para que este que estava desassistido, marginalizado e excluído venha a ser incluído, assistido, dotado de condições de ser produtivo.

CM – Como a FAO fará o acompanhamento das resoluções acordadas na conferência?

FP - Falar em FAO pode ser um equívoco se nós considerarmos a entidade apenas como uma abstração jurídica. A FAO é composta de países membros que definem a entidade e conduzem a sua política. O secretariado da FAO apóia as decisões desses países membros. O trabalho todo se faz nesse jogo entre as determinações dos governos e os órgãos diretores da FAO. É um trabalho de continuidade. O comitê de segurança alimentar terá a incumbência de produzir diretrizes para um sistema periódico de relatoria e informação sobre o estado da questão da terra em cada país membro. Em todas as reuniões do comitê, que são anuais, os Estados, a partir dessas observações e informações colhidas por intermédio da FAO, deliberarão sobre o andamento da matéria.

Nós vamos ver que não só o comitê de segurança alimentar, mas o conselho da FAO também recebe - pelo parágrafo 5º da parte resolutiva da declaração final - a incumbência de, na sua próxima sessão, em novembro deste ano, pensar meios e mecanismos adicionais de seguimento. Na realidade, isso é uma complementação do que foi feito aqui. O conselho pode entender que são necessários mais elementos para completar as medidas solicitadas aqui.

E depois temos um outro acompanhamento em setembro [de 2006], na revisão de dez anos do plano de ação da Cúpula

Mundial da Alimentação que aconteceu em 1996. Nessa ocasião, será incluído um item, que nós pedimos aqui na conferência, sobre reforma agrária e desenvolvimento rural. Isso significa que, nessa revisão, provavelmente o plano de ação de 1996 vai ser acrescido de medidas sobre esses temas para o futuro. Começamos a mexer com a comunidade internacional nesse assunto e é importante porque esse assunto diz respeito principalmente aos países e às sociedades desequilibradas pelas desigualdades fundiárias, pela concentração do poder nas mãos de poucos. Não se trata absolutamente de ameaçar esses poucos e nem de assumir o poder, mas se trata apenas de produzir - pela assistência ao pequeno agricultor e ao recém-assentado - resultados econômicos com o sentido humano, tendo o homem como o centro das deliberações.

CM – Em que medida houve um ganho de legitimidade institucional para a FAO com a abertura inédita para a participação oficial de representantes da sociedade civil nesta conferência?

FP - A sociedade civil tem as impressões do seu dia a dia, do seu próprio processo social. Muitas vezes os governos, e isso é natural em qualquer país, podem não ter todas as percepções. E a sociedade civil traz as suas percepções. E é dessa sinergia que podem surgir ações mais lúcidas. A FAO, com uma abertura nova, e nisso há um significativo movimento produzido por esta conferência, abre-se bastante mais para essa colaboração da sociedade civil. Eu creio que nessa abertura há um ganho possível. E isso continuará provavelmente daqui por diante, inclusive porque nós temos agido nesse sentido como país, influenciando as decisões dentro dos órgãos de direção da FAO. Nós criamos já há dois anos, no comitê de segurança alimentar, aquilo que se chama "diálogo de todas as partes" – reunião de governos, sociedade civil, organizações multilaterais, de onde saem idéias novas.

- Fotos: Ubirajara Machado

[http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=10212&alterarHomeAtual=1](http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10212&alterarHomeAtual=1)

RESULTADO CONCRETO

## **Incra anuncia rede latina de órgãos governamentais agrários**

Rolf Hackbart, presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), anunciou nesta quinta (9) a formação de uma rede de órgãos governamentais responsáveis pela reforma agrária de 14 países da América Latina.

### **Maurício Hashizume – Carta Maior**

PORTO ALEGRE – O presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, anunciou, na noite desta quinta-feira (9), a criação de uma rede governamental entre órgãos de reforma agrária de 14 países latino-americanos. O compromisso multilateral inédito emerge como um dos principais resultados concretos da II Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR).

Na abertura das discussões sobre "Reforma Agrária e Integração dos Povos", Hackbart observou que tanto o capital quanto o conjunto dos movimentos sociais já estão se integrando, enquanto os governos ainda engatinham nesse processo. "Cada país tem a sua cultura, sua história. Dentro dos governos, uns têm mais força, outros, menos. Mas todos estão convencidos de que a troca de experiências – uns "empurrando" os outros – fazem as coisas andarem mais rápido", sublinhou o presidente do Incra.

Políticas de acesso à terra, legislação, modelo de assentamentos e crédito estarão entre os temas tratados pela nova rede. A primeira reunião de trabalho do grupo que definirá a agenda de trabalho comum será realizada em maio no Brasil, em Brasília ou em São Paulo. Na visão de Hackbart, a participação do Estado é fundamental para que a terra, como bem finito, cumpra sua função social. "A integração dos mercados não resolve o problema, muito menos no meio rural", adicionou. Ele destacou também que lances da própria realidade colocam a necessidade de avanços no intercâmbio entre órgãos públicos do setor agrário. Um grupo transnacional do setor de celulose está comprando uma área de 242 mil hectares que extrapola fronteiras na região do Cone Sul e representantes do governo uruguaio entraram em contato para buscar informações com autoridades brasileiras para tratar do assunto.

"Nunca houve tanta necessidade para a integração", comentou Egídio Brunetto, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), outro participante da discussão em que a criação da rede foi anunciada. Brunetto identificou três batalhas cruciais neste mês de março: a própria II CIRADR, que debate a questão da terra; a 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP-3) e a 8ª Reunião das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-8) em Curitiba, nas quais um dos debates centrais será a questão das sementes e dos organismos geneticamente modificados (OGMs); e a Conferência da Água, que ocorrerá no México.

Para tentar frear a mercantilização desse tripé (terra, sementes e água), a Via Campesina – articulação mundial de movimentos camponeses da qual o MST faz parte - busca fortalecer o sistema das Organização das Nações Unidas (ONU). "O sol eles ainda não conseguiram privatizar", ironizou, ao lado de outras lideranças como Juana Ferrer, da Confederação Nacional de Mulheres Camponesas (Conamuca) da República Dominicana, e

Fausto Torres, secretário-geral da Associação de Trabalhadores do Campo (ATC) da Nicarágua. A base da integração, sustentou Brunetto, precisa convergir para a questão dos alimentos e da soberania alimentar.

Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) na mesa, Carmen Helena Foro pediu atenção especial aos jovens e mulheres no processo da reforma agrária. Ela ressaltou que um encontro de mais de cem organizações de mulheres camponesas de 23 países em setembro do ano passado definiu que o ano de 2007 será o ano de luta das mulheres camponesas. Uma grande marcha no Brasil já foi marcada para agosto de 2007.

Já Maria da Graça Amorim, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf-Brasil), condicionou a implementação da reforma agrária e o avanço na integração ao enfrentamento do agronegócio. Só para rolar a dívida dos grandes produtores, estão sendo destinados R\$ 4 bilhões pelo governo federal.

Para completar, o presidente do Incra demonstrou satisfação com o documento da conferência paralela "Terra, Território e Dignidade", organizada por organizações da sociedade civil. Para ele, houve "avanço enorme" em virtude da "unidade de vários movimentos sociais em temas comuns como gênero, terra, semente, agricultura, soberania alimentar, a importância de construção de políticas públicas". "Muitos questionam, mas o papel do Incra é apoiar os movimentos sociais rumo à reforma agrária. É política pública para resolver o problema concreto das pessoas".

[http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=10187&alterarHomeAtual=1](http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10187&alterarHomeAtual=1)

TERRA, TERRITÓRIO E DIGNIDADE

## Música, dança e poesia fecham conferência paralela

Depois de quatro dias reunidos, manifestantes lotaram teatro da PUC para celebrar. Ao fim da festa, todos foram recebidos no encontro da FAO, onde entregaram um conjunto de reivindicações

### Wilson Sobrinho - Carta Maior

PORTO ALEGRE - Uma cerimônia com música, dança e poesia encerrou na tarde desta quinta-feira (09) o fórum Terra, Território e Dignidade - conferência da sociedade civil paralela ao encontro oficial da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) sobre reforma agrária que mobilizou Porto Alegre nessa semana. A II Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável (CIRADR) do órgão da ONU, contudo, segue até esta sexta-feira (10), quando está prevista a apresentação da sua declaração final.

O encerramento do fórum da sociedade civil começou por volta de 16h45, lotou o teatro do prédio 40 da PUC (Pontifícia Universidade Católica) e culminou com cerca de 500 manifestantes indo ao encontro dos delegados da conferência da FAO para entregar o documento debatido e redigido durante os quatro dias de evento.

Dividindo o palco apenas com um arranjo de frutas, sementes e legumes, os músicos Gilvan Santos e Marquinhos Monteiro abriram o cerimonial, executando ao violão músicas com temáticas ligadas ao orgulho latino-americano, à reforma agrária e aos direitos do homem do campo.

Depois de quatro músicas, Santos e Monteiro deram lugar a um grupo de cerca de duas dezenas de camponeses, que ingressaram ao palco carregando bandeiras coloridas e instrumentos de trabalho no campo, sob os aplausos de todos. Acima do palco, em uma faixa amarela lia-se o resumo do espírito da reunião: "Uma terra para viver, uma terra para sonhar, uma terra para afirmar nossa dignidade".

"Longe pode ser o caminho, mas o que importa é caminhar", outra ativista iniciou sua poesia tão logo acabou uma apresentação de imagens de diferentes ativistas sociais. Na tela, entre Karl Marx, Zumbi dos Palmares e Iasser Arafat, fotos de ativistas anônimos e manifestações. Na platéia, o líder do MST, João Pedro Stédile -- sentado na segunda fila ao lado do deputado estadual gaúcho frei Sérgio Górgen (PT) -- quebrou o silêncio da apresentação de fotos, liderando os primeiros aplausos.

"Saímos daqui prontos para construir a grande aliança do povo do campo e da cidade", anunciou do palco uma ativista pouco antes de os primeiros acordes do hino da Internacional Socialista colocar todos em pé. "Não vamos nos contentar apenas com palavras".

Outro ativista, o italiano Antonio Onorati, subiu ao palco e fez o discurso mais político da tarde. Falando em português, ele parabenizou os manifestantes por terem "transformado um evento de governo [CIRADR] em um evento de luta". Onorati classificou a reunião da sociedade civil de "o futuro" e declarou ainda que a FAO precisa "começar a compreender que são os movimentos sociais que realizam a reforma agrária".

Encontro com a FAO

Entoando palavras de ordem, todos deixaram a sala para uma visita programada à reunião da FAO, localizada apenas a alguns metros distante de onde acontecia a festa. Apesar da proximidade entre as salas, o percurso levou mais de 20 minutos para ser cumprido, devido à necessidade de que cada um dos mais de 500 manifestantes passasse por um detector de metais, instalado desde o início dos trabalhos da conferência da ONU.

A preocupação com segurança, aliás, transpassou a tarde toda. Havia informações de que integrantes do MST, acampados no parque da Harmonia (próximo à região central de Porto Alegre), estariam preparando uma marcha até o campus da PUC. Dezenas de policiais militares posicionaram-se na entrada principal do local do evento e por volta das 16 horas, as portas de entrada do prédio 40 estavam parcialmente fechadas e vigiadas por seguranças da universidade e policiais militares. Não houve confronto algum: pelo menos duas comitivas de sem-terra apareceram no local e tiveram seu acesso permitido ao prédio e à festa de encerramento.

Já no amplo salão, uma comitiva representando diferentes países e continentes foi recebida pelo ministro do Desenvolvimento Agrário brasileiro Miguel Rosseto, a quem foi entregue o texto-manifesto redigido durante o fórum alternativo. Rosseto agradeceu e garantiu que o texto da conferência paralela será "incorporado como documento oficial" para as discussões do encontro da FAO.

No documento entregue ao ministro, os camponeses defendem o direito à soberania alimentar; a atuação do estado na formulação de políticas agrícolas e de reforma agrária; o reconhecimento do direito aos territórios de povos originários; o fim da adoção de políticas de privatização. Denunciam ainda a criminalização dos movimentos sociais e reafirmam as ocupações como forma de mobilização social para se alcançar a reforma agrária.

Mesmo convidados a permanecer na sala para acompanhar a continuidade dos debates, os manifestantes retiraram-se da sala entoando, em português, diante dos delegados da FAO, o grito que mais se ouviu em Porto Alegre nesses últimos dias: "Reforma Agrária, urgente e necessária".

[http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=10200&alterarHomeAtual=1](http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10200&alterarHomeAtual=1)

TERRA, TERRITÓRIO E DIGNIDADE

## **Fórum paralelo articulou agricultores, pescadores e indígenas**

O Fórum Terra, Território e Dignidade, promovido paralelamente à II Conferencia Internacional sobre Reforma Agrária da FAO, reuniu setores distintos como camponeses, indígenas, pescadores e pastores de todo o mundo. Encontro abre novo capítulo nas articulações internacionais da sociedade civil, avalia pesquisador.

### **Verena Glass – Carta Maior**

PORTO ALEGRE – Encerrou-se na tarde desta quinta (9) o Fórum Terra, Território e Dignidade, evento organizado pelo Comitê Internacional de Planejamento de Organizações Sociais para a Soberania Alimentar (CIP) que ocorreu paralelamente à II Conferencia Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR) da FAO esta semana em Porto Alegre.

Com a participação de cerca de 400 agricultores, pescadores, indígenas e demais representantes de comunidades rurais de 67 países, o Fórum buscou elaborar uma avaliação global e integrada dos processos de ocupação da terra, análise apresentada no final do dia, juntamente com várias propostas de encaminhamento, para as delegações governamentais e da FAO na conferência oficial.

O documento final do evento parte de uma premissa já aceita pela própria FAO e grande parte dos governos: até agora, os Estados e o sistema internacional foram incapazes de derrotar a pobreza e a fome no mundo. O modelo de desenvolvimento neoliberal atropelou, no seu afã economicista, formas milenares e sustentáveis de vida, produção e convivência das populações rurais, aprofundando com instrumentos previstos para aliviar a miséria fenômenos como desagregação cultural, social e espiritual, exclusão, migrações, danos ambientais, perda da identidade, conflitos étnicos, doenças endêmicas, prostituição e êxodo rural, entre outros.

Entender estes processos do ponto de vista dos vários atores que os sofrem e elaborar propostas conjuntas de alternativas tanto para os movimentos sociais quanto para a comunidade internacional foi o principal objetivo do evento, explica o pesquisador do centro de Estudos para a Mudança no Campo Mexicano (CECCAM), Peter Rosset. Segundo ele, pela primeira vez houve um encontro dinâmico de trabalho – não apenas de participação de palestras – entre setores que até então não se articularam, num debate conjunto sobre o tema da ocupação do campo e da reforma agrária que historicamente foi "patrimônio" do camponeses.

A falta de avaliação global de vários governos que implementaram processos de reforma agrária em seus países, avalia Rosset, em muitos casos gerou conflitos entre as diversas populações rurais. "É o caso de grande parte dos povos indígenas,

desterrados em função de assentamentos camponeses, ou de pescadores, expulsos por projetos turísticos ou empresarias de desenvolvimento costeiros e pesqueiros. Foi o caso do Irã, onde a reforma agrária da década de 60 assentou agricultores em territórios historicamente utilizados pelas tribos nômades. Esses não são argumentos contra a reforma agrária, mas os governos tem que tomar em conta todos os setores rurais e seus múltiplos direitos nestes processos”, explica.

Internamente, para Rosset o grande êxito do Fórum foi a socialização de experiências e acúmulos políticos, fortes entre os setores camponeses – “especialistas” na luta pela terra - e indígenas – principais elaboradores do debate sobre direitos históricos, conceito de território e debate sobre biodiversidade e recursos naturais. “É um processo de trabalho que seguirá se desenvolvendo”, afirma o pesquisador.

Em relação à FAO e aos governos, a principal reivindicação dos movimentos sociais será que a agência da ONU cumpra seu mandato de responder aos povos, afirma o representante da Via Campesina internacional, Paul Nicholson. Segundo ele, a CIRADR deu sinais de que os dois setores estão começando “a escutar o clamor das populações rurais”, o que seria uma novidade, mas agora o desafio será a adoção e a implementação das propostas apresentadas pela sociedade civil. Isso inclui a ampliação dos quadros da agência e aprofundar os espaços de diálogo com a sociedade civil, defende.

Politicamente, Nicholson afirma que não teria como avaliar os resultados da CIRADR já que não teve acesso à declaração governamental (nesta quinta, ainda em processo de negociação), mas seria preocupante os esforços dos EUA de retirar a relação da reforma agrária com os direitos humanos. Também seria muito nocivo ao processo futuro se a FAO cedesse a supostas pressões de retirar do documento a decisão de monitoramento dos países na aplicação das propostas consensuadas na CIRADR.

#### DEMANDAS

Elaborado através de debates realizados em grupos sobre seis eixos temáticos, o documento final apresentou elaborações e demandas sobre os tópicos Soberania Alimentar e Reforma Agrária; papel dos governos; reconhecimento do conceito de territórios; a importância da reprodução social e da expressão de gênero na luta pela reforma agrária; a condenação da privatização do campo e da terra, da contra-reforma agrária, e das políticas neoliberais do Banco Mundial sobre a terra e o acesso aos recursos; a criminalização e a repressão aos movimentos sociais; e a mobilização como estratégia de luta e construção de propostas.

[http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=10201&alterarHomeAtual=1](http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10201&alterarHomeAtual=1)

#### DEBATE

### O papel dos fracassos esquecidos

Conferência de Reforma Agrária ajuda a desvelar o amesquinamento da política. É o resultado da grande vitória do pensamento liberal: todos são nada menos do que adversários. Trata-se de uma vitória que não deixou imunes nem Estados, nem partidos, nem os movimentos sociais.

#### Katarina Peixoto

Os programas e ações do governo que fazem parte do Fome Zero talvez pudessem ser chamados de temas proibidos. Assim como a fome fora tomada como tema proibido, por Josué de Castro, nos anos sessenta do século passado, os programas voltados exclusivamente a esse mal ocupam hoje o lugar de interdito. Os programas em curso, que nada têm de compensatórios, também sofrem dessa proibição. É uma interdição que ultrapassa a direita, parecendo triunfar em toda parte. Trata-se de uma mesquinhez que esta II Conferência Mundial sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, da FAO (II CIRADR-FAO) com apoio do governo brasileiro, ajuda a desvelar, de modo privilegiado. É um amesquinamento que anda de mãos dadas com a solene desinformação a respeito dos debates da reunião. E, é bom que se diga, essa desinformação não deriva apenas da perspectiva patética de semear o terror de que o MST seria capaz, contra o sucesso incontestado do agronegócio monocultor, neste país de sucessos incontestados e fracassos esquecidos.

A grande mídia brasileira, apesar de sua peculiar cretinice, não é a única responsável por essa desinformação. Essa desinformação é resultado de uma poderosa operação mística, cujo caráter dominante jogou a luta e o debate pela justiça no lado agrário do mundo em diversas encruzilhadas. E também em armadilhas. O traço mais evidente dessa operação mística é a conversa fiada de que a reforma agrária não faz sentido, nos moldes redistributivistas em que fora discutida no pós-guerra e nos movimentos democratizantes do então chamado terceiro mundo, no último quarto de século. O avanço dos mercados sobre o campo, a globalização subsidiada – no caso dos países ricos - do mercado de grãos, a dominação inerente aos organismos geneticamente modificados, e patenteados, em larguíssima medida, por uma corporação gigantesca, bem como as escolhas que os Estados fizeram na direção liberalizante dos mercados, jogaram a luta pela terra e pela democratização do campo na vala comum dos fracassos que a esquerda experimentou, no mundo, nos últimos trinta anos.

Nunca é demais lembrar que esses avanços tiveram como contrapartida o crescimento da fome, da concentração de riquezas e da destruição ambiental, em todo o mundo. Notáveis avanços que só encontram paralelo na violência crescente no campo e nas

idades. Estamos vivendo uma espécie de re-visita a uma peculiar guerra fria, para citar o pesquisador Ignacy Sachs, cuja nota característica é a divisão radical entre dois mundos, sendo que um é muito, mas muito, menor e mais poderoso, que outro. Para entender do que essa guerra é feita, os conflitos no campo desempenham papel privilegiado. Tanto é que o próprio Banco Mundial resolveu expandir para a "reforma agrária" seu vasto campo de atuação. Assim foi gerado, no caso brasileiro, coisa como o Banco da Terra, o carro-chefe da "reforma agrária" do período FHC, pós-massacre de Eldorado de Carajás, que estará em breve completando dez anos.

Ocorre que esse privilégio não se dá a entender, apenas, com um inventário das ações do mercado e de seus exércitos, versus ações das organizações camponesas, resistindo à avalanche que os criminaliza, na maioria das vezes, com solene apoio estatal. Há aspectos não evidentes, de natureza liberal, nessa guerra. Ela tem um poder que ultrapassa o alcance das armas de destruição em massa e do fanatismo financista que promete, via mercado, a redenção impossível de um mundo para pouquíssimos. A grande vitória que instaurou o "acordo de paz" global, de trinta anos para cá, é a vitória do pensamento liberal, do modo liberal de se pôr frente ao mundo; é uma vitória em que todos são nada menos que adversários, excludentes entre si. Trata-se de uma vitória que não deixou imunes nem Estados e partidos, nem, tampouco, os movimentos sociais. Muito pelo contrário.

#### A IDEOLOGIA DO PARTICULAR I

Essa vitória ideológica aparece sob uma distinção complementar, entre um tipo de representação do poder de Estado e um tipo, radical, de representação dos movimentos sociais. E a forma aparentemente paradoxal e oposta, entre as formas atuais da representação do Estado e de muitos dos movimentos sociais que se contrapõem explícita e competentemente à avalanche financista, guarda semelhanças de fundo, cuja marca nada distinta parece ser a recusa incontestada de qualquer universalismo. Acompanhar as conferências da IICIRADR-FAO, que não estão sendo sabotadas solenemente pela grande mídia à toa, oferece em muitas das ocasiões uma oportunidade de observar onde está o paradoxo, que tem no que está se passando no Brasil um caso paradigmático. Um caso exemplar do amesquinamento da Política, que, parece indiscriminadamente, tomou conta dos grandes embates que poderiam – e deveriam – estar sendo travados.

Uma boa maneira de entender esse fenômeno aparece num trabalho de Jacques Rancière, em "O Desentendimento" (Editora 34). Tendo em vista o modo como o avanço mercantil se fez presente nas políticas do Estado contemporâneo, o autor constata que "a prova do direito do poder estatal identifica-se com a prova de que ele não faz nada além do que é apenas possível, nada além do que a estrita necessidade no contexto do enredamento crescente das economias no seio do mercado mundial recomenda". Uma das conseqüências disso é que "a legitimidade do poder estatal se reforça assim pela própria afirmação de sua impotência, de sua falta de escolha diante da necessidade mundial que o domina. O tema da vontade comum é substituído pelo da ausência de vontade própria, de capacidade de ação autônoma que seja mais que a mera administração da necessidade".

Ocorre que esse modelo de redução do poder do Estado, o que é o mesmo que a redução brutal da Política no interior da esfera estatal, a um universo restrito e privatista de assunção de obrigações frente às exigências mercantis, tem entre suas conseqüências a transformação dos representantes do poder público em gerentes, às vezes auto-proclamados "gestores" da coisa, poderíamos dizer, "privatizada". É assim que, como numa enfermidade, o poder público não se mostra capaz, na imensa maioria dos casos, de produzir qualquer novidade, nenhuma invenção, disponibilizando um espetáculo de burocratas cuja rusticidade muitas vezes só é superada pela resignação orgulhosa, travestida de esclarecida e moderna. A idéia ou a fantasia moderna dos estadistas se tornou uma caricatura: gerente é gerente, pode vender automóvel e xampus, como contratos de serviços privatizados.

Os interesses que não cansam de explodir nos conflitos da sociedade, são falsamente traduzidos em números de índices mágicos, reduzidos à contabilidade gerencial que lhes compete. O que há de universal é transmutado no seu extremo oposto, no que há de rigorosamente particular: a maximização do lucro privado. A esse respeito, mais uma vez, Rancière observa que "a identificação absoluta da política com a administração do capital não é mais o segredo vergonhoso que as 'formas' da democracia viriam mascarar, é a verdade declarada com a qual nossos governos se legitimam. Nessa legitimação, a demonstração de capacidade deve apoiar-se numa demonstração de impotência. Aos sonhos da cozinheira apta ao exercício político ou de simples operários tomando de assalto o céu opõe-se a tese de um marxismo revirado: a otimização das fruições dos indivíduos só é possível na base de sua incapacidade reconhecida em administrar as condições dessa otimização. O Estado funda então sua autoridade na capacidade de interiorizar a impotência comum." A impotência comum é a impotência, então, do caráter público, universalista, cuja forma histórica que nos concerne é a da democratização de uma estrutura estatal gravemente marcada por figuras deploráveis e persistentes, como o patrimonialismo e o liberalismo rasteiro da periferia, que tem no Estado um permanente provedor dos interesses privados. O Congresso Nacional atual, quanto a isso, dispensa maiores considerações.

#### A IDEOLOGIA DO PARTICULAR II

Resta saber se os movimentos sociais estão imunes a esse quadro de impotência liberalizante do financismo global. Resta saber se, além dos partidos políticos que se esmeram em renunciar a programas de transformação social, estão os movimentos efetivamente trazendo alguma novidade, democrática, quer dizer, resta saber se algo como vontade comum tem feito sentido à

luta política, no lado dos movimentos. Sem questionar isso talvez não se consiga perceber por que razão a democratização do Estado e programas compensatórios e não-compensatórios, mas comprometidos com o desenvolvimento do país, tornaram-se interditos, não para a mídia. Os movimentos sociais têm responsabilidade nessa contaminação liberal da grande impotência do caráter público e universalista que a Política porta, para não perder seu sentido. Dois caminhos escolhidos e reiterados pela atuação de movimentos como o MST e a Via Campesina, no Brasil, ajudam a entender essa responsabilidade, bem como ajudam a entender a dimensão lamentável do amesquinamento da Política, que vem assolando o país.

Em primeiro lugar, ao contrário do que se gosta de dizer, à direita, os movimentos sociais não podem ser acusados nem de obscurantistas, nem de desqualificados. Há uma qualificada, engajada e intelectualmente séria produção de estudos pelos quais esses movimentos respondem, hoje. É com e pela atuação dos movimentos sociais que se pode saber, também com a participação de pesquisas na universidade, que a agricultura familiar responde pela maioria dos alimentos dos brasileiros, que a monocultura de grãos para exportação é ambientalmente insustentável, que experimentos de inventário molecular de vegetação nativa oferecem resultados animadores, no que concerne à preservação das espécies ameaçadas pela avalanche do financismo sobre o campo, bem como que os conhecimentos em alta tecnologia não se opõem, necessariamente, como pretende a mística liberal, ao conhecimento tradicional, ambientalmente saudável. Esses estudos vêm sendo debatidos, por mais de noventa delegações dos países membros da FAO, nesta IICIRADR-FAO, inclusive com a presença de pesquisadores e membros dos movimentos, como convidados.

Assim como os executivos das grandes corporações são hoje tecnicamente aptos a defender os interesses que representam, os movimentos tornaram-se tecnicamente aptos a defender seus interesses. Ambos, contudo, preservam uma mesma e sombria identidade, que tem contribuído e muito para o amesquinamento da Política. Há um segundo caminho, escolhido pelos movimentos, que ajuda a entender essa identificação. Esse caminho parece não admitir, sob qualquer hipótese, que o Estado possa ter alguma prerrogativa. Fonte exclusiva de satisfação de interesses e obrigações, o Estado, essa estrutura reiteradamente aparelhada pela mística liberal que o proclama como impotente, ou cumpre com sua inesgotável agenda de deveres para com os interesses – legítimos e reais – dos movimentos, ou é nada menos que um adversário.

Poderia ser apenas o hábito, no presente histórico descabido, da perspectiva de que o Estado deve ser destruído, ou de que tudo o que se refere ao poder de Estado é burguês, mas não se trata mais disso, e é bom que se diga. Os movimentos sociais não são idiotas. Para ambas as forças parece haver uma só e mesma perspectiva: o Estado é uma espécie de abstração, cujas qualidades, seja de adversário de classe, seja de ineficiência na liberalização dos lucros privados, persevera como um vazio. Um vazio que só porta deveres. Tudo se passa como se fizesse sentido fossem os movimentos uma espécie de consultoria permanente dos Estados, como já o são muitas corporações financeiras, sabemos bem. Os gerentes, esses cretinos engravatados, devem obedecer ao que, "tecnicamente", é recomendável, aos interesses particulares em questão.

Talvez não seja necessário dizer que a obediência às exigências particulares de todos os interesses é inexecutável. Talvez, já que a aversão a uma perspectiva publicista é recorrente e dominante, dando uma espécie privilegiada de prova da suprema vitória da fantasia liberal de que o Estado não passa de um bicho papão; sobretudo, de que não pode passar disso. As vitórias ou são dos movimentos ou não são vitórias, bem como o sucesso dos mercados é dos mercados, mas jamais dos subsídios agrícolas que os países ricos oferecem aos seus. O sucesso, inconteste, concerne a sua luta, a sua empresa, ao seu movimento, ao seu interesse realizado. Nunca é demais lembrar que tais subsídios são de origem pública, pois não. Nunca é demais lembrar que muitos movimentos se servem das estruturas do Estado, para organizar suas demandas, pois não.

Não se trata de denegar o caráter necessariamente civil, autônomo e de classe dos movimentos. Trata-se, isso sim, de questionar o caráter universalista, publicista e portanto, na quadra histórica em que nos encontramos, programático, desse tipo de postura e de responsabilidade amesquinada, apequenada. É o caso, então, de lembrar de alguns fracassos esquecidos e bastante ofuscados, pelos tumultos espetaculares dos últimos dias, para tornar ainda mais obscura a importância da FAO.

#### O PAPEL DOS FRACASSOS ESQUECIDOS

Talvez seja importante lembrar de alguns fracassos, reiteradamente esquecidos por alguns desses sucessos incontestes. A começar pelo fracasso da FAO, organismo reiteradamente ameaçado pelos interesses particularizantes do Banco Mundial, para citar um exemplo. A FAO, como se sabe, organiza políticas e as fomenta, que interessam diretamente, em larga agenda, aos movimentos sociais que lutam contra a barbárie no lado agrário do mundo. A organização dessas políticas se dá mediante, vejam bem, a concessão de prerrogativas aos Estados, quer dizer, mediante a defesa de uma agenda de ordem pública, invariavelmente publicista, democratizante, distributiva. Tratam-se de agendas que visam a combater a fome, a miséria, a exclusão, a violência, o ataque à segurança alimentar, etc.

O governo brasileiro escolheu recepcionar, o que implica financiar, a IICIRADR-FAO. Um governo impregnado de contradições, de tensões, de derrotas programáticas e de vitórias, menores mas importantes, da disputa pelo caráter público do Estado. Um dos (poucos) territórios, no interior desse governo, que congrega um conjunto de interesses em guerra entre si, é precisamente o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Pois esse território, por assim dizer, é um dos poucos que realiza políticas que se destacam para além da emergência, das políticas compensatórias. E faz isso pela via, tomada por muitos como gancho para criticar iniciativas como o Bolsa Família, do estabelecimento das condições para que os programas compensatórios não sejam a única saída. Está fazendo reforma agrária, sim, sem depositar assentados no meio da floresta, sem água ou estrada, para fazer

estatística. Está ampliando e concedendo créditos aos pequenos produtores rurais, que alimentam o país, de modo inédito em nossa história. Tudo isso, assim, com o Estado e pelo Estado e também apesar do Estado, que nunca é uma abstração vazia, como pretende a mística liberal, mas um centro de luta, de conflito, de poder e portanto de prerrogativas e de responsabilidades próprias.

Tanto a FAO como alguns territórios do governo Lula, compõem o sentido e a experiência da esquerda que foram jogados na vala dos grandes fracassos históricos dos últimos trinta anos. O fracasso da democratização do Estado, interrompido em 1964 e muito pouco recuperado nos últimos três anos, o fracasso da promoção, via Estado e políticas públicas estatais, da distribuição de renda, o fracasso da prerrogativa de o Estado ter uma agenda sua, pública, democrática, soberana, que, no lugar de amesquinhar, promova a Política. O fracasso de não ter medo de ousar, para dar nome às coisas que desconstituem a filiação social, a serem transformadas e superadas, como a desigualdade, o preconceito racial, o machismo, a homofobia, o patrimonialismo, o trabalho escravo, o trabalho infantil, a fome, a barbárie.

O melhor dos mundos possíveis, feliz ou infelizmente, não pode dar conta da superação da barbárie sob uma perspectiva particularizada, refém do amesquinçamento da Política. E, se essa superação depende, como apontou Rancière com razão, da abertura ao desentendimento, ao caráter conflitante da luta pela partição da realidade, da riqueza, do poder, talvez fosse o caso de se questionar onde é que está o paradoxo, ou qual é o conflito e quem é o adversário. Lembrar fracassos esquecidos pelo amesquinçamento da Política é uma maneira de questionar se o liberalismo triunfante não semeou sua mística naquele que já foi um terreno de abertura, de diálogo e, sobretudo, de pretensão universal.

Brecht, na Ópera dos Três Vinténs, abre uma questão: "Seríamos bons, em vez de tão brutais, se ao menos as circunstâncias não fossem como são?". Talvez essa questão pudesse ser assim repostas: seríamos bons, em vez de tão brutais, se ao menos assumíssemos a responsabilidade pelas circunstâncias que também são nossas?

**Katarina Peixoto** é doutoranda em Filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: [katarinapeixoto@hotmail.com](mailto:katarinapeixoto@hotmail.com)

[http://cartamaior.uol.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=2966&alterarHomeAtual=1](http://cartamaior.uol.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=2966&alterarHomeAtual=1)

REFORMA AGRÁRIA E SEMI-ÁRIDO

## **Desenvolvimento requer mudanças no poder e não apenas obra**

A mensagem em tom de advertência emergiu de debate organizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) durante a II Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável (CIRADR).

### **Maurício Hashizume – Carta Maior**

PORTO ALEGRE – Divorciada de um conjunto de políticas capazes de interferir nas estruturas locais de poder, a transposição do Rio São Francisco se tornará mais uma obra faraônica sem nenhum reflexo para a dura realidade do Semi-Árido brasileiro. A mensagem em tom de advertência emergiu do debate "Reforma Agrária e o Semi-Árido: Transposição do Rio São Francisco", organizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) durante a II Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável (CIRADR).

"A correlação de forças [políticas na região do Semi-Árido] é muito desproporcional", retratou Wallace Medeiros, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Além da repressão sistemática por parte da polícia – aproximadamente 300 famílias foram despejadas de uma fazenda ocupada, nesta quarta-feira (8), em Petrolina-PE; houve espancamento e um dos líderes acabou sofrendo agressões até no hospital para onde foi levado –, Medeiros destacou a ostensiva presença do narcotráfico na região. "Trata-se de uma região extremamente complexa. E o poder do coronelismo permanence".

César Oliveira, superintendente nacional de Desenvolvimento Agrário do Incra, relembrou que o flagelo da pobreza na região esteve historicamente ligada ao problema da seca. Como resposta, o discurso da classe dirigente política do Semi-Árido sempre se baseou nas grandes obras como alternativa para o desenvolvimento. Pela primeira vez, asseverou Oliveira, o governo federal atual está propondo um pacote de programas para a superação da pobreza com base em três pilares – reforma agrária, produção de biodiesel e o projeto de transposição do Rio São Francisco.

Para o representante do MST, no entanto, as obras ainda não superaram a função de elo entre as elites locais e os governantes. A "tabelinha" entre as partes continua envolvendo propriedades de latifundiários e investimentos públicos para empreendimentos. A atuação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) é o exemplo mais clássico dessa parceria. "E as políticas para os camponeses sempre foram tratadas como compensatórias", emendou o líder camponês. A estrutura agrária, aponta Medeiros, pulsa como uma "ferida aberta" que sustenta a estrutura de poder e de dominação. Apenas 3% dos imóveis na região do Semi-Árido concentram 40% das terras agricultáveis e a elite local detém uma riqueza

comparável aos mais abonados das regiões Sul e Sudeste. Em meio a esse jogo de interesses violento, ele se colocou, como membro do MST, abertamente contra o projeto de transposição do Rio São Francisco e fez menção especial às particularidades do chamado eixo norte [planejado para desembocar em grandes reservatórios, especialmente dos Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte], por se tratar de um "jogo de cartas marcadas" envolto por "interesses explícitos" das elites locais.

Técnico do Ministério da Integração Nacional (MIN), Francisco Teixeira refutou as colocações do representante do movimento. O eixo norte, segundo ele, dá sustentação ao projeto, pois viabilizará o atendimento ao principal contingente populacional beneficiado com a obra (oito milhões da meta total de 12 milhões de pessoas atendidas alardeada nas previsões do governo). Teixeira explicou que o projeto de transposição prioriza o abastecimento dos grandes centros urbanos – com especial destaque para a área metropolitana de Fortaleza. Segundo ele, 75% da população do Nordeste vive hoje – "sob a ameaça de racionamento de água, como já vem ocorrendo em São Paulo" - em centros urbanos. "A água local não é suficiente", vaticinou. Como iniciativas complementares, o técnico do ministério chefiado por Ciro Gomes citou a prerrogativa estatal de atração da população difusa para a faixa de cinco quilômetros nas margens do canal – que serão desapropriadas para fim de reforma agrária - e o reforço na interligação de pequenos açudes, canais e adutoras.

"A transposição como solução tecnológica não resolverá os problemas", previu Roberto Vizentin, diretor de Gestão Ambiental e Territorial do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Ele defendeu uma visão integrada de ação governamental, que possa contemplar diversos fatores cruciais como o manejo de recursos hídricos em sintonia com a agroecologia e a democratização do acesso a terra. "Não pode haver política ambiental fora da reforma agrária e do desenvolvimento rural". Nessa linha, o diretor do MMA ressaltou a importância da consolidação do Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) da Região Nordeste, a necessidade de inserção mais substantiva do recorte da reforma agrária no Plano de Combate à Desertificação e a consolidação de um plano de ação mais detalhado do programa de revitalização do São Francisco.

A insuficiência de avanços dentro do governo para efetivar a concepção de intervenção fundiária e desenvolvimento territorial presente no II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) foi reforçada pelo superintendente do Incra no Ceará, Eduardo Martins. Na opinião dele, o Estado ainda não está articulado para fazer com que os possíveis resultados sejam de fato apropriados pela população excluída no Semi-Árido, ou seja, ainda prevalece a visão hidráulica. Não haverá mudanças, amarrrou o superintendente, sem que a economia do setor público firme uma aliança sólida com a economia solidária dos pequenos produtores em detrimento do elo histórico com as atividades relacionadas às elites.

[http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=10182&alterarHomeAtual=1](http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10182&alterarHomeAtual=1)

## REFORMA AGRÁRIA

### Debate entre movimentos e governos contrapõe visões de desenvolvimento rural

Análises majoritariamente antagônicas sobre o que é desenvolvimento e quais os fundamentos da inclusão social no campo, em debate entre representantes da sociedade civil e governos, mostrou que muito diálogo é necessário para que a institucionalidade compreenda o mundo real de quem vive na e da terra.

#### Verena Glass - Carta Maior

PORTO ALEGRE - Um dia antes do encerramento da II Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR) da FAO, governos e representantes de organizações sociais que participaram do evento paralelo da sociedade civil se encontraram e se ouviram na tarde desta quinta-feira (9).

O chamado Debate dos Iguais, que reuniu sete ativistas e sete membros de delegações governamentais, talvez tenha sido um marco na democratização dos espaços oficiais em uma agência das Nações Unidas, mas evidenciou também um abismo entre grande parte das concepções institucionais e a percepção de quem vive a realidade rural, vácuo este que demanda um investimento urgente na construção de pontes que levem ao entendimento.

Introduzido pelo ministro brasileiro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, o debate propôs a análise de três questões: a importância do conceito de soberania alimentar e sua relação com a reforma agrária, no que a reforma agrária pode contribuir para a soberania alimentar, e qual poderia ser o papel dos governos, da sociedade civil e da FAO no encaminhamento dos desafios postos pela CIRAD - o futuro da reforma agrária e do desenvolvimento rural no mundo.

O tempo curto para uma atividade tão significativa acabou não permitindo um debate real entre as partes, mas possibilitou o vislumbramento de um fenômeno importante: persiste ainda entre grande parte dos administradores estatais uma visão marcadamente economicista do desenvolvimento, no sentido de que as soluções para exclusão social, fome, êxodo rural, desraizamento cultural e outros problemas que atingem a população rural podem ser encaminhadas com ajustes nas políticas produtivas do modelo neoliberal.

## OLHAR GOVERNAMENTAL

De acordo com o representante da União Européia, Marco Moretini, o acesso aos alimentos (segurança alimentar) deve ser propiciado por programas sociais, e é plausível que os “países pobres” estabeleçam políticas internas de combate à pobreza, não devendo haver interferência nos programas de ações contra a fome. Bem, desde que estejam de acordo com as regras e os regulamentos do comércio e das políticas econômicas internacionais. Em outras palavras, a autonomia da implementação de soluções internas acaba, segundo Moretini, onde se apresentam os interesses do mercado internacional.

Na outra ponta da linha do desenvolvimento, representada pelo delegado de Madagascar, a manutenção ou fortalecimento das leis de mercado também foi apresentada como principal ferramenta de combate à pobreza. Nesse sentido, a fome teria que ser combatida com o investimento nos que já ocupam as terras mais férteis, defendeu.

“Temos que ajudar os que já estão instalados nestas terras, que devem produzir culturas industriais para que os ganhos sejam maiores”, avalia o delegado de Madagascar. Segundo ele, como “as terras férteis não são suficientes para todos, para não criar mais pobres, o Estado deve tornar acessíveis [aos sem-terra] espaços não explorados”.

Em tom parecido, o mexicano Florentino Salazar também defendeu a transformação dos agricultores em empresários rurais aptos a competir no mercado internacional, meta principal da atividade agrícola, segundo ele. Para isso, defende, é preciso investir em tecnologia que propicie acesso ao mercado. Enquanto isso, a agenda mundial deveria demandar o incremento da ajuda humanitária dos países ricos aos países pobres.

## OUTRO PARADIGMA

Na fala dos governos, não é que não se apresentou uma preocupação real com a mazela da fome e da exclusão social. Estados como a Índia, por exemplo, estão implementando, segundo o seu representante, programas ousados de geração de emprego e renda no campo, sustentados com recursos públicos, mas estruturalmente pouco se apresentou em termos de mudanças reais e efetivas para uma sustentabilidade perene das comunidades rurais.

Por outro lado, a sociedade civil retratou não apenas aspectos concretos da diversidade do universo rural – que inclui, além dos agricultores, todos os povos originários, indígenas, minorias étnicas, tribos, pescadores artesanais, trabalhadores rurais, sem terra e pastores nômades, entre outros – e suas demandas, como pontuou os principais desafios para a FAO no processo de rediscussão da reforma agrária e do desenvolvimento rural.

Segundo Saul Vicente, representante mexicano do Conselho Internacional de Tratados Indígenas, para as populações originárias, em primeiro lugar, é fundamental a adoção do conceito de território no debate sobre o acesso à terra, bem como o de povo, no debate sobre soberania. Em outras palavras, mais que um instrumento de trabalho, a terra, no conceito de território, guarda os significados culturais, espirituais e sociais dos povos, aos quais devem ser garantidos não apenas o direito sobre todos os recursos naturais como água, biodiversidade, solo e subsolo, como também deve ser garantido o respeito às formas próprias de administração conforme suas leis e costumes.

Nesse sentido, defende Vicente, é premente que a FAO defina o que são territórios das populações originárias antes de implementar processos de reforma agrária. Mas, antes de tudo, o órgão deve garantir um debate em pé de igualdade da sociedade civil e dos governos na elaboração de políticas de reforma agrária.

A indiana Nitya Rao, representando o conselho de mulheres que participaram do evento paralelo da sociedade civil, defendeu outro dos preceitos de grande parte dos movimentos sociais: a reforma agrária tem que ser redistributiva, tem que mexer na posse da terra e permitir o acesso dos camponeses às áreas mais férteis, dominadas, em sua maioria, pelos grandes empresários rurais; também há que se contestar a conformação da terra enquanto mercadoria, garantindo controle coletivo aos recursos coletivos.

Quanto aos governos e à FAO, defende Nitya, é fundamental que, a partir da CIRADR, os primeiros assumam a regulamentação dos mercados agrícolas de acordo com as necessidades sociais, e a segunda passe a pesquisar e fazer o monitoramento dos processos de reforma agrária no mundo.

Nitya também fez um balanço da participação da mulher na agricultura mundial e da premente demanda de políticas de gênero, educação e saúde para o campo. Balanços parecidos foram apresentados em relação ao pescadores artesanais, trabalhadores assalariados e pastores nômades, mas foi Diogo Fao, integrante da Coordenação Regional do Movimento Camponês na África do Leste, que sintetizou a principal demanda dos movimentos sociais.

“Queremos produzir o que comemos e comer o que produzimos. Não queremos que os EUA nos alimentem. Temos terra, água, solo, clima e gente suficiente na África para produzir o nosso alimento e não queremos comer o que vem do exterior. Também não queremos vender nossos produtos na Europa, demandamos acesso aos nossos próprios mercados. [Em relação à fome no continente], foram políticas de ajuste dos organismos financeiros internacionais que nos levaram a essa situação. Não faz sentido quando o Banco Mundial fala em crescimento de 5% no meu país enquanto na aldeias a fome aumenta todos os dias. Queremos estabelecer a nossas próprias políticas de desenvolvimento, e queremos participação efetiva nos processos decisórios internacionais”, demanda Fao.

O conjunto das demandas das organizações sociais elaboradas no Fórum Terra, Território e Dignidade, que aconteceu paralelamente a CIRADR, foi entregue nesta quinta aos representantes governamentais para ser lido no encerramento da Conferência nesta sexta (10). Este também é o momento da apresentação do documento final da CIRADR. Só depois disso será possível avaliar o que existe de interface real entre os dois eventos e quais serão as possibilidades de continuidade do debate sobre a reforma agrária no mundo.

- Fotos: Verena Glass

[http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=10185&alterarHomeAtual=1](http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10185&alterarHomeAtual=1)

QUESTÃO DE LUTA

## **Não basta vontade política**

É fundamental impulsionar a vontade política dos governos no que se refere à reforma agrária. Para isso, as lutas sociais são decisivas. Constituem o caminho para atualizar os direitos e torná-los algo mais que uma promessa.

**Leonilde Medeiros**

PORTO ALEGRE - O primeiro dia da II Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR) trouxe para debate alguns temas que retomam antigas discussões, outros que colocam os novos termos em que a reforma agrária se coloca em princípios do século XXI.

Os expositores da parte da tarde, responsáveis pela elaboração de alguns dos textos temáticos da conferência (Sérgio Leite, Ignacy Sachs, Miguel Altieri, Peter Rosset), pincelaram algumas das grandes questões que estão em jogo no delineamento do perfil da reforma agrária contemporânea: respeito à diversidade étnica e cultural das populações do campo, incorporando-a nas suas diretrizes; valorização dos temas relacionados a gênero; integração dos jovens no processo, de forma a que eles possam permanecer num meio rural que lhes dê oportunidades de vida digna; soberania alimentar, permitindo que cada nação possa definir suas políticas agrícolas, livre das restrições das regulamentações da OMC e demais organismos internacionais; preservação ambiental, incorporação de novas tecnologias que unam o conhecimento tradicional com os avanços da ciência, expandindo o padrão agroecológico de produção, em oposição à agricultura em larga escala e baseada em insumos químicos.

Estes temas vêm sendo amadurecidos pelas constatações de diversas pesquisas sobre o crescimento da pobreza, por sucessivos encontros que vêm catalisando as experiências que se desenvolvem em diversas partes do mundo (entre eles, o Fórum Mundial de Reforma Agrária, realizado em Valencia, na Espanha, em 2004) e pela ação dos movimentos sociais que, por meio das suas mobilizações e demandas, fazem aflorar questões com as quais a sociedade tem que defrontar. Uma política de desenvolvimento social e ambientalmente sustentável surge como necessidade cada vez mais urgente.

Subjacente, está o debate sobre o lugar do Estado nos processos de reforma agrária e o papel dos movimentos sociais.

O tema não é novo. Historicamente, as experiências de reforma agrária (e não só elas, mas toda conquista de direitos dos trabalhadores do campo e da cidade) se deram por meio de lutas, produtoras de identidades coletivas, indutoras do reconhecimento social daqueles que demandam direitos, reveladoras das oposições que se constituem na vida em sociedade. É por meio das ações coletivas que problemas de determinados segmentos saem do silêncio, são socialmente anunciados e impõem a busca de alternativas e soluções.

Como aponta Norberto Bobbio, enquanto os direitos voltados à conquista das liberdades individuais nasceram contra o poder do Estado e, portanto, com o objetivo de limitá-lo, os direitos sociais exigem, para sua realização prática, ou seja, para a passagem da declaração verbal à sua proteção efetiva, a ampliação dos poderes do Estado. É o caso da reforma agrária, entendida como intervenção estatal para garantir direitos a determinados segmentos de trabalhadores que se encontram fragilizados e ameaçados de crescente expropriação de bens e direitos tradicionais. No entanto, nesse processo, novos espaços de disputa se estabelecem. Em primeiro lugar, porque, entre as demandas socialmente expressas e sua transformação em objeto de políticas públicas, impõem-se um conjunto de mediações legais e institucionais, que produzem filtros, interpretações que via de regra trazem óbices à plena realização desses direitos. Assim, se a reforma agrária não é pensável fora do Estado, trata-se de indagar qual reforma agrária os Estados nacionais querem ou podem realizar e em que extensão. Ou seja, até onde efetivamente se dispõem a levar adiante o processo de reconhecimento de direitos e das populações que lutam por permanecer no campo.

E nos deparamos com um outro termo recorrente nessas discussões: a vontade política. Como foi repetido várias vezes na

Conferência, os governos precisam assumir suas responsabilidades. Mas os governos são herdeiros de estruturas institucionais, são recortados por interesses contraditórios que se contrapõem e limitam a possibilidade de transformações com a profundidade necessária. A mudança do quadro institucional legal envolve negociação de interesses, conflitos, concessões. Nas últimas décadas estamos ainda vendo crescer o poder de organismos internacionais, com progressiva capacidade de influir nas políticas nacionais, como é o caso do FMI, OMC, etc. Suas políticas e exigências em relação aos países do sul têm acelerado ainda mais o processo de exclusão social.

As lutas por reforma agrária que, de forma mais ou menos intensa, vêm perpassando as sociedades asiáticas, latino-americanas e africanas desde o pós-guerra e a enorme dificuldade que tem sido encontrada para levar adiante transformações fundiárias mais profundas, são marcadas por esse quadro mais geral e mostram que vontade política é importante, mas insuficiente. É fundamental ter formas de impulsioná-la e, para isso, as lutas sociais são decisivas. Mais do que criar direitos, elas se constituem no caminho para atualizá-los e torná-los algo mais que uma promessa.

é professora do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

[http://cartamaior.uol.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=2961&alterarHomeAtual=1](http://cartamaior.uol.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=2961&alterarHomeAtual=1)

REFORMA AGRÁRIA

## **Avaliação dos movimentos amadureceu e fortalece debate, diz MDA**

Balanco da reforma agrária brasileira apresentado por movimentos sociais em Porto Alegre aponta avanços e estagnações do governo Lula e lança campanha "hediondo é o latifúndio". Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário vê amadurecimento no posicionamento político e afirma que avaliação ajudará no encaminhamento de soluções dos problemas.

### **Verena Glass - Carta Maior**

PORTO ALEGRE – Um balanço sobre as ações do governo Lula relativas à agricultura familiar e à reforma agrária nos últimos três anos, divulgado na tarde desta terça (27) no âmbito da II Conferencia Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR) pelo MST e pela Comissão Pastoral da Terra, traçou pela primeira vez um mapa mais amplo do que está sendo considerado como avanços e estagnações da atual gestão.

Em questões diretamente ligadas às políticas públicas para o setor, os movimentos sociais – o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento das Mulheres Camponesas, o Movimento dos Pequenos Agricultores e a Associação Brasileira de Reforma Agrária também assinam o documento – aprovaram programas como o seguro rural, o aumento do volume de crédito rural do Pronaf, o Luz para Todos, e a ampliação dos recursos para programas de educação no campo (Pronera) e para assistência técnica nos assentamentos.

Já as críticas, que traduziram a análise particular dos movimentos, focaram, além das afirmações de praxe como não implementação de uma reforma agrária que ataque a concentração da propriedade da terra e pouco atendimento das famílias acampadas do MST, questões mais abrangentes que nem por isso deixariam de afetar estruturalmente a vida dos pequenos agricultores.

Nesta lista, constam o que consideraram decisões políticas do executivo, como a liberação do plantio e comercialização da soja transgênica, a não consideração das demandas das organizações sociais na elaboração da Lei de Biossegurança, o não cumprimento da promessa de dobrar o poder de compra do salário mínimo em quatro anos, a manutenção da política de parceria com empresas estrangeiras na construção de hidrelétricas com desrespeito aos direitos das populações atingidas pelas barragens, a política oficial de pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que seguiria priorizando os interesses do agronegócio, e a manutenção da política econômica conservadora.

Outras cobranças assumiram um tom de mágoa com o que os movimentos entenderam como abandono em questões políticas cruciais. Segundo o documento de avaliação, o governo "não mobilizou sua base parlamentar para aprovar a lei que expropria as fazendas que tem trabalho escravo, não mobilizou a base parlamentar majoritária para impedir a CPMI da Terra e a aprovação de relatório final que considera ocupação de terras um 'crime hediondo', não tomou nenhuma iniciativa de pressionar e articular o Poder Judiciário para julgar e punir os responsáveis pelos diversos massacres do campo, como Corumbiara (1995), Carajás (1996) e Felisburgo (2004), [e], diante da inoperância do governo para dar uma demonstração clara de combate a violência no campo e seus responsáveis, como o latifúndio, a Polícia Militar de alguns estados e o agronegócio, o resultado infelizmente foi o aumento da violência no campo".

A violência contra os movimentos do campo e a conclusão da CPMI da Terra também motivaram o lançamento da campanha "Hediondo é o Latifúndio", que identifica os parlamentares que aprovaram a versão considerada uma criminalização oficial das organizações sociais.

Segundo o coordenado nacional do MST, João Paulo Rodrigues, a partir deste mês o movimento deve retomar com mais intensidade as pressões sobre o governo e o latifúndio, reforçando ocupações em todos os 23 estados onde está organizado. "Todas as áreas que não cumprem sua função social podem ser ocupadas", afirmou Rodrigues, que acredita que o governo Lula ainda tem condições de cumprir as metas de reforma agrária propostas no início do mandato. "O governo tem recursos para isso, falta apenas vontade política", avalia.

A respeito do mais político dos atos reivindicados pelo MST, a atualização dos índices de produtividade rural, Rodrigues diz acreditar que o presidente assinará a portaria. "Foi um acordo que Lula assumiu conosco. Se não fizer a atualização, vai passar como um presidente que faz acordos e não cumpre".

#### BALANÇO EQUILIBRADO

Confessando uma certa expectativa sobre o tom que seria adotado pelos movimentos na avaliação divulgada nesta terça, o Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Guilherme Cassel, considerou o balanço bastante positivo por ter apresentado uma análise equilibrada das políticas o governo. "Essa atitude ajuda no debate e no encaminhamento de soluções", afirmou.

Segundo Cassel, muitas das reivindicações, como o assentamento de acampados do MST, estão sendo trabalhadas, mas algumas regiões, principalmente Sul e Sudeste, apresentam dificuldades estruturais que atrasam o atendimento das demandas de assentamento. "Mas é um acordo que temos e a questão está sendo encaminhada", garante.

Por outro lado, Cassel aponta que há divergências conceituais entre o governo e os movimentos no tratamento de certas questões. Segundo ele, o investimento na retomada de terras públicas griladas na região Norte do país, desconsiderada como reforma agrária genuína pelos movimentos por não atingir diretamente o latifúndio, é uma das principais reivindicações da população local. Não faria sentido o governo gastar dinheiro com desapropriações enquanto a grilagem de terras continua sendo o principal motivo dos conflitos na região, tendo inclusive vitimado duas grandes lideranças como Chico Mendes e a Irmã Dorothy Stang, afirma Cassel.

Por outro lado, o governo estaria preocupado em atender as demandas da região Sul. De acordo com o Secretário Executivo do MDA, duas áreas perfazendo 3 mil hectares foram desapropriadas com base na prerrogativa de interesse social no Rio Grande do Sul nesta segunda-feira. Este mecanismo prevê o pagamento em dinheiro das propriedades, e foi utilizado em função da impossibilidade de encontrar áreas passíveis de desapropriação e da grande demanda existente no estado.

Sobre questões como a liberação dos transgênicos, Cassel confessa que se sente como os movimentos sociais, extremamente frustrado por ter perdido a batalha com os defensores do projeto, como o Ministério da Agricultura. "Mas o governo tem essa característica, não é um mandato do PT", lamenta.

Por fim, a maior demanda do momento, a atualização dos índices de produtividade rural, deve ser atendida pelo governo Lula, acredita Cassel. "Não ha mais nada que contrapor a isso, cercamos a questão de todos os lados", afirma.

- Fotos: Verena Glass

[http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=10142&alterarHomeAtual=1](http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10142&alterarHomeAtual=1)

#### REFORMA AGRÁRIA

### Em ação nesta madrugada, mulheres destroem viveiro da Aracruz no RS

Cerca de 2 mil agricultoras ligadas à Via Campesina fizeram uma ação relâmpago em um viveiro de mudas de eucalipto da empresa Aracruz perto de Porto Alegre na madrugada desta quarta. O protesto visou marcar posição contra as monoculturas de eucalipto no estado, os chamados 'desertos verdes'. Depois da ação, as manifestantes fizeram uma marcha e entregaram à Conferência da FAO um documento de reivindicações.

#### Verena Glass - Carta Maior

PORTO ALEGRE – Cerca de 2 mil agricultoras ligadas à Via Campesina realizaram uma ação relâmpago na madrugada desta quarta (8) nas dependências da empresa Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro (RS), município que fica a cerca de duas horas de Porto Alegre. O ato, que também comemorou o dia internacional da mulher, foi um protesto contra a expansão da

monocultura de eucalipto no estado do Rio Grande do Sul, atividade que vem crescendo vertiginosamente e que, segundo as agricultoras, tem transformado a região em um deserto verde improdutivo do ponto de vista da soberania alimentar.

Transportadas por 37 ônibus até a área de viveiros da Aracruz, a mulheres, na noite ainda cerrada, destruíram estufas e bandejas de mudas de eucalipto em uma ação que, em si, não demorou mais de 20 minutos. Ação encerrada, as agricultoras voltaram para Porto Alegre para participar da marcha comemorativa do 8 de março da Via Campesina.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, reprovou, na tarde desta quarta, a ação no horto florestal da Aracruz Celulose. Ao condenar a atitude, Rossetto disse que ações dessa natureza nada têm a ver com o programa de reforma agrária e que, portanto, esse é um assunto que deve ser tratado pelo Poder Judiciário. Segundo o ministro, essa ação não reflete o ambiente de debate e troca de experiências que está ocorrendo na Conferência da FAO.

#### CRÍTICA AOS DESERTOS VERDES

Segundo Cristiane Gomes, coordenadora nacional do MST, a crítica aos 'desertos verdes' da monocultura de eucalipto, que ocupa grandes extensões de terra que, outrossim, poderiam ser utilizadas para produção de alimentos por família a espera da reforma agrária, vem se fortalecendo entre os movimentos sociais com a ampliação da área de cultivo. Só a Aracruz, afirma Cristiane, planta cerca de 50 mil hectares de eucalipto por dia que, grosso modo, geram apenas um emprego a cada 185 hectares. Com outras duas empresas - a Votorantim e a Stora Enso -, já são cerca de 250 mil hectares a área ocupada por eucalipto no estado

"Se o deserto verde continuar crescendo, em breve vai faltar água para bebermos e terra para produzir alimentos. Não conseguimos entender como um governo que quer acabar com a fome patrocina o deserto verde ao invés de investir na Reforma Agrária e na Agricultura Camponesa", afirma o manifesto da Via Campesina, elaborado especialmente para ser entregue aos participantes da II Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR) da FAO.

#### BARRADOS PELA PM

De volta a Porto Alegre por volta das 8:00h da manhã, as 2 mil mulheres, seguidas pelos cerca de 1,5 mil integrantes do acampamento da Via Campesina Brasil, montado esta semana por ocasião da CIRADR, marcharam cerca de 5 quilômetros até a PUC, onde ocorre o evento da FAO, para entregar aos representantes dos 81 países presentes no evento a sua declaração sobre reforma agrária e desenvolvimento rural.

Na chegada à PUC, houve um curto confronto com a Brigada Militar, que tentou impedir a aproximação das mulheres à entrada da universidade. Um empurra-empurra inicial se transformou e uma pressão dos manifestantes sobre as grades e os policiais, que reagiram com cacetadas e chegaram a espancar algumas mulheres. Por fim, representantes do ministério do Desenvolvimento Agrário e da FAO conseguiram liberar a entrada de 50 representantes. A ministra do Zimbábue, que presidia a plenária, interrompeu os trabalhos para ceder a palavra a duas militantes da Via Campesina, que fizeram a leitura de um manifesto do movimento sob muitos aplausos.

[>>VEJA ÁLBUM DE FOTOS>>](#)

[http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=10145&alterarHomeAtual=1](http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10145&alterarHomeAtual=1)

#### COMBATE À FOME

### FAO quer expandir experiências brasileiras para outros países

O diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Jacques Diouf, anunciou convênios do governo brasileiro com a entidade durante a II Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR).

#### Maurício Hashizume – Carta Maior

PORTO ALEGRE - "Com o Brasil e os brasileiros do nosso lado, a FAO vai ganhar a luta contra a fome". A postura assertiva do diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Jacques Diouf, durante a II Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR), reflete os ânimos renovados por mais um encontro do dirigente com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Antes de seguir para a Inglaterra, onde cumpriu agenda ao lado da Rainha Elizabeth II, o presidente brasileiro recebeu Diouf em Brasília para um café da manhã pouco divulgado, na última segunda-feira (6).

Na conversa, o diretor-geral da FAO e o chefe de governo brasileiro acertaram pacerias baseadas na expansão de experiências brasileiras em nível internacional. Segundo José Graziano da Silva - assessor especial da Presidência da República que, no próximo sábado, assumirá a coordenação da FAO para a América Latina -, a organização ligada à Organização das Nações Unidas (ONU) estaria disposta a levar o programa de garantia de compra de alimentos de agricultores familiares - fundada no conceito de produção e consumo locais - para outros países em desenvolvimento e incentivar o intercâmbio para que o Brasil possa compartilhar o know-how adquirido em projetos de convivência em regiões que sofrem com a escassez de água, especialmente o programa de cisternas que vem sendo aplicado no Semi-Árido Nordeste.

Foi assinado também um convênio de capacitação de profissionais brasileiros da área de desenvolvimento rural, envolvendo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Semi-Árido, que serão formadas para atuar em países da África e da América Latina. Graziano prometeu voltar ao Brasil ainda em abril com essa proposta detalhada e declarou que a FAO pretende dar início aos trabalhos ainda no final deste ano. "A luta contra a injustiça não pode ser nacional, é uma luta humanitária e internacional", pontuou o diretor da entidade, fazendo menção à importância da "solidariedade". O presidente Lula, relatou o assessor da Presidência, já manifestou a intenção de enviar profissionais desse programa ao Haiti. A FAO, por sua vez, também já está providenciando um levantamento dos países que poderiam participar da iniciativa. "É preciso haver acordo, inclusive com aporte de recursos locais. Não queremos continuar simplesmente com ajudas internacionais. Queremos que os países locais se envolvam nessas atividades", explicou Graziano.

De acordo com Diouf, 80% das crises alimentárias estão relacionadas à água. E a maioria desses casos têm vinculação direta com a seca. Daí o tamanho interesse da FAO por sistemas de captação e gestão de águas como redes de cisternas, canais, barragens subterrâneas e poços. "Não estamos falando de grandes obras", frisou. Com pequenas obras em cada comunidade, Diouf acredita que seria possível reter a água, que é "fonte de vida". "Com isso, será mais fácil preencher as outras lacunas [ligadas ao combate à fome] como na parte de sementes e de fertilizantes".

Números apresentados pelo representante máximo da FAO dão idéia da contradição do quadro atual. Enquanto alimentos são destruídos todos os dias, 852 milhões de pessoas passam fome no mundo. Apenas 2% a 5% das populações dos países ricos produzem alimentos. Ao passo que, nos países pobres, 60% a 70% das populações vivem no campo.

"Não é só uma luta técnica e econômica, é política", acrescentou Diouf. Um dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) estabelecidos pela ONU em 1996 propõe a redução a metade a população que sofre com o flagelo da fome até 2015. Se o ritmo verificado até o presente momento for mantido, esse contingente aumentará em 100 milhões de pessoas em 2015 e a meta só terá chances de ser alcançada em 2150.

#### Mercado

A questão do comércio internacional também foi um dos temas da conversa entre Diouf e o presidente Lula. Inclusive, em sua visita à Inglaterra, Lula deve tratar no encontro de cúpula com o premiê Tony Blair de pontos cruciais que não estão avançando na Organização Mundial do Comércio (OMC). "É fundamental reduzir os níveis de subsídios, especialmente os subsídios às exportações, pois [esses artifícios] trazem mais danos aos países em desenvolvimento", salientou Graziano. Para ele, as negociações, porém, não podem se restringir ao tema dos subsídios e há expectativa de que resoluções nesse sentido sejam tomadas na II CIRADR. "Aqui estão representados os países que precisam dessas resoluções".

#### Conferência

Graziano também refutou a idéia de que a conferência sobre reforma agrária organizada pela FAO depois de 27 anos não seja representativa. "É o resultado de um processo muito longo. Há dois anos, o governo brasileiro já vinha pleiteando realizar uma conferência sobre reforma agrária e desenvolvimento rural. Esse é um tema que mobiliza hoje praticamente só apenas os países da América Latina, da Ásia e da África. Não mobiliza os países europeus e da América do Norte. De modo que bancar uma conferência dessa e trazer as delegações que nós trouxemos, de pontos tão distantes, é complicado".

Segundo ele, do total de 188 países membros da FAO, menos de 110 estão em dia com a organização. Desse grupo, 81 estão representados no encontro realizado na capital gaúcha. "Não é um tema da moda", adicionou.

#### José Gomes da Silva

Os anúncios feitos por Diouf e Graziano foram feitos em cerimônia de inauguração do espaço José Gomes da Silva (leia artigo: [José Gomes da Silva: uma figura emblemática](#)), no nono andar do prédio 50 da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio Grande do Sul, sede da II CIRADR.

O presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, classificou a cerimônia como uma oportunidade para "voltar a beber água na fonte", retomando o pensamento de Gomes da Silva como referência para o debate da reforma agrária.

[http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=10146&alterarHomeAtual=1](http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10146&alterarHomeAtual=1)

## Campanha contra violência tenta sensibilizar Judiciário

Junto com entidade internacional, Contag lança Campanha Internacional Contra a Violência no Campo no Brasil. Nos últimos 20 anos, cerca de 1,5 mil lideranças rurais foram mortas. Houve 76 julgamentos e a condenação se deu apenas em 16 casos.

### Maurício Hashizume – Carta Maior

PORTO ALEGRE – A abertura de negociações junto ao Poder Judiciário é um dos principais focos da Campanha Internacional Contra a Violência no Campo no Brasil, lançada nesta terça-feira (7) por iniciativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e da União Internacional de Trabalhadores da Alimentação e Agricultura (Uita), durante a II Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR) da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

A violência do campo, aponta Paulo Caralo, secretário de Política Agrária e Meio Ambiente da Contag, é um dos grandes entraves da reforma agrária. “Esse quadro é um resultado da impunidade na Justiça e de ações dos próprios governos por meio das ações das polícias”, afirma. Nos últimos 20 anos, cerca de 1,5 mil lideranças de trabalhadores rurais foram mortas em conflitos no campo, de acordo com números da entidade. Desse total, apenas 76 casos foram julgados e apenas em 16 deles houve condenação. A campanha permitirá a ampliação do alcance das denúncias e um reforço significativo no sentido da cobrança, desde o Supremo Tribunal Federal (STF), passando pela Justiça Estadual e pelo Ministério Público. “No caso da Margarita Alves [líder sindical que foi brutalmente assassinada em 1993, na Paraíba], por exemplo, o processo simplesmente prescreveu”, observa, acentuando o peso do problema da lentidão e da conseqüente manutenção de milícias armadas privadas por segmentos de fazendeiros espalhados pelo País.

Além disso, Caralo sustenta que a parcialidade de parte do Poder Judiciário na conduta dos casos relacionados à violência no campo é real. “Até algumas décadas atrás, o Brasil era um país majoritariamente rural. Muitos juízes de hoje são filhos do latifúndio”, argumenta. Nesse contexto, ele vê uma tendência ao pronto acolhimento da Justiça – especialmente em foros estaduais – de qualquer justificativa destinada a penalizar as lideranças sindicais e os trabalhadores rurais.

A campanha também será importante para fortalecer o processo de organização dos movimentos de base – está sendo planejada uma continuidade das ações em nível estadual e municipal – e para tentar sensibilizar a comunidade internacional. De acordo com o secretário-geral da Uita, Gerardo Iglesias, a iniciativa deverá ser lançada em mais de 50 países até novembro de 2006.

Dados apresentados por Vicente Garcez, do Centro de Estudos Rurais e de Agricultura Internacional (Ceraí), com sede em Valencia, na Espanha, mostram que esse processo ultrapassa fronteiras. Cerca de três bilhões de pessoas que vivem no meio rural estão sendo expulsas pelo agronegócio. Garcez atribui o recrudescimento dos conflitos e o aumento da violência agrária a três fatores – a concentração de terra, a pobreza e a impunidade.

“Assim como o pessoal da Contag, somos todos vítimas”, acrescenta Dom Tomás Balduino, presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que, junto com outras entidades como a Contag, fazem parte do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA). “Não se combate a violência com mais violência. Escolhemos o caminho da denúncia e lançamos, todos os anos, os cadernos sobre conflitos no campo. A divulgação dos dados afeta diretamente os fazendeiros e as milícias privadas”.

O religioso ressalta ainda que o julgamento desses casos na Justiça Estadual é uma maneira de camuflar a impunidade. Hoje, na opinião dele, talvez o caso mais escandaloso seja o da Terra Indígena Nhande Ru Marangatu, no Mato Grosso do Sul ([PF despeja 700 no Mato Grosso do Sul por intransigência do STF](#)). Índios Guarani-Kaiowás foram despejados de uma terra homologada por causa de uma decisão do STF que deu razão ao direito absoluto da propriedade. “[Essa decisão] Passa por cima da função, inclusive cultural. É a ponta do iceberg do grande absurdo que vivemos”.

Presente no debate de lançamento da campanha, a ministra Marina Silva (Meio Ambiente) recordou a pronta ação do governo federal no caso do assassinato da Irmã Dorothy Stang, no ano passado, e chamou atenção para ações de relevo como o trabalho intenso de regularização fundiária que vem sendo promovido depois de um interregno de mais de 30 anos e as operações da Polícia Federal para dismantlar quadrilhas criminosas que vinham atuando há 15 anos. Para a ministra, a “roda custa a girar ao contrário”. “É preciso aprender a valorizar os avanços e não apenas crucificar. O que de bom é feito, não é dito. O que nem fizemos de ruim, a nós é imputado”, reclamou.

Outro exemplo citado por Marina foi a pavimentação da BR-163. “Por que acabou a pressa [para o início das obras]? Talvez porque as terras já não estão mais disponíveis para a grilagem”, complementou, sem esquecer de confirmar o apoio do presidente Lula e a inspiração na vida daqueles que morreram. “Sei que a dor tem sido maior entre integrantes dos movimentos sociais que continuam perdendo entes queridos. Combater a violência está acima de nós. É algo maior”.

- Fotos: Valter Campanato/ABr

[http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=10152&alterarHomeAtual=1](http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10152&alterarHomeAtual=1)

REFORMA AGRÁRIA

## Concepção de desenvolvimento rural deve marcar debate na conferência da FAO

Às vésperas do início da II Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, a Via Campesina, a FAO e o governo brasileiro apresentam expectativas que oscilam entre convergências e divergências conceituais. Consensual, a aposta no fortalecimento da FAO e da reforma agrária como mecanismo de combate à fome e à miséria.

### Verena Glass - Carta Maior

PORTO ALEGRE – No domingo (5), um dia antes da abertura do mais importante debate dos últimos 27 anos sobre reforma agrária e desenvolvimento rural no mundo, alguns dos principais atores envolvidos na construção de conceitos e políticas sobre e para a questão apresentaram suas expectativas para a II Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR), que acontece de 6 a 10 deste mês em Porto Alegre. Em duas coletivas de imprensa realizadas na tarde de ontem, a Via Campesina, articulação de movimentos camponeses de mais de 90 países e principal força da sociedade civil no debate, e o governo brasileiro junto com a FAO, expuseram o que de consenso e dissenso se poderá esperar nesta semana.

Grosso modo, a Via Campesina deixou claro que quer por fim ao gerenciamento da agricultura por instituições e acordos multilaterais pró-livre comércio – leia-se Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio (OMC). Neste sentido, a ênfase na discussão política/ideológica deverá marcar tanto as intervenções internas quanto os debates que pretende travar paralelamente.

Já a FAO, organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, 27 anos depois de sua primeira conferência sobre o tema em 1979, quer recolocar a reforma agrária na agenda mundial com vistas às Metas do Milênio de combate à fome e à miséria, aceitando a perspectiva do fracasso do modelo neoliberal em dar conta deste problema. E o governo brasileiro, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), deve defender uma maior autonomia dos Estados nacionais na elaboração de políticas de desenvolvimento rural e segurança alimentar, dando ênfase a políticas públicas de inclusão social e regras internacionais de comércio que garantam a sustentabilidade da agricultura familiar e da produção de alimentos.

Num sobrevôo panorâmico do cenário que está se construindo em Porto Alegre, o que se vê é um consenso geral sobre a importância de se reafirmar a reforma agrária como mecanismo indispensável ao desenvolvimento sustentável. Aproximando-se mais o foco, percebe-se também outro consenso político: a necessidade de se reforçar a FAO como o espaço mais legítimo de debate e elaboração internacional de regras e políticas para a agricultura, principalmente frente às incursões da OMC sobre o setor na tentativa de commoditizar a produção agrícola, a terra e os recursos naturais (depois do fracasso da Rodada de Doha na última cúpula da OMC, em dezembro de 2005 em Hong Kong, devido à falta de acordos sobre agricultura, a negociações seguem durante este primeiro semestre de 2006). Mas quando se chega à esfera dos detalhes conceituais, as diferenças começam a aparecer.

Para a Via Campesina, que, com outros movimentos sociais (como o sindical, de pescadores, indígena, de pastores, de extrativistas e ONGs), participa de uma conferência paralela da sociedade civil entre os dias 6 e 9, houve falhas na agenda do evento oficial. Segundo a organização, não se respeitou o prazo de dois a três anos de debates nos países, regra dos eventos da ONU, para o aprofundamento do tema com as partes interessadas, o que teria levado a um esvaziamento da Conferência – dos 188 países membros da FAO, 81 estarão participando, sendo que 22 enviarão ministros nas delegações oficiais. Esta ocorrência, que para a Via Campesina é insatisfatória, poderá prejudicar a legitimidade do evento, avaliou o representante do MST na organização, Egídio Brunetto. Segundo ele, deveria ser considerado, por isso, apenas um encontro preparatório, sem declaração final, para que uma grande Conferência, mais preparada e concorrida, seja realizada em um futuro próximo.

Conceitualmente, tanto no evento oficial quanto no paralelo, a Via Campesina garante que vai combater enfaticamente o que chama de reforma agrária de mercado do Banco Mundial – a compra e venda de terras como forma de redistribuição ao invés do processo de desapropriação do latifúndio – e defender uma reforma agrária que inclua o conceito de soberania alimentar, o direito dos camponeses, indígenas, comunitários e outros sobre os recursos naturais (sementes, território, água, biodiversidade) necessários para uma vida digna, e a priorização da produção para consumo local e nacional antes do comércio internacional.

Já Parviz Koohafkan, Secretário da CIRADR e Diretor do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da FAO, acredita que, dadas as “dificuldades financeira de muitos países e a inexistência da pauta da reforma agrária em outros tantos”, a

participação de 81 delegações oficiais é suficientemente representativa para que o organismo construa uma plataforma mundial de políticas para a reforma agrária. Segundo ele, a Conferência será um espaço importante de análise dos sucessos e fracassos das várias experiências nacionais, e uma oportunidade preciosa para o estabelecimento de parcerias entre os vários países. Também é essencial o espaço aberto no evento oficial para representantes da sociedade civil, que deve ser maior do que em qualquer outra atividade da ONU, para legitimar o debate, afirma Koohafkan.

Por outro lado, conceitualmente a FAO acredita, segundo seu secretário, que, através de processos corretos de reforma agrária e desenvolvimento rural, a agricultura camponesa tem condições de se desenvolver suficientemente para competir em pé de igualdade com o agronegócio. Esta visão mais pragmática, ao mesmo tempo que condena o modelo neoliberal da agricultura de mercado - reconhecido pela FAO como responsável pela desagregação social, pela concentração de riquezas e pelo conseqüente aprofundamento da miséria no campo -, acredita na inserção dos pequenos agricultores numa lógica capitalista de produção.

Por fim, o governo brasileiro, segundo o ministro Miguel Rossetto (MDA), deve apresentar uma concepção intermediária, que não questione diretamente a legitimidade da OMC no debate mundial sobre a agricultura, como faz a Via Campesina, mas que buscará fortalecer na agenda internacional discussões como a dimensão de gênero, o acesso aos recursos naturais, grupos indígenas e minorias étnicas, a relação entre segurança alimentar e segurança nos sistemas de propriedade da terra, as dimensões cultural e de biodiversidade dos sistemas agrários, etc, além de um conceito de comércio justo em substituição às regras de competição de mercados do comércio internacional. Neste sentido, enfatiza Rossetto, a posição brasileira será de defesa da autonomia dos Estados no estabelecimento de políticas domésticas para a segurança alimentar e a agricultura, no sentido mais amplo de soberania nacional nas discussões sobre comércio internacional.

A interface do evento paralelo, que abre nesta segunda-feira (6) às 10:00h, e o evento oficial, que será inaugurado pelo presidente em exercício, José Alencar, às 16:00h, se dará em dois momentos: dia 9, em um debate entre dez membros de cada uma sobre a temática central da reforma agrária e o desenvolvimento rural, e no dia 10, com a apresentação do documento final da primeira no espaço da CIRADR.

[http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=10121&alterarHomeAtual=1](http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10121&alterarHomeAtual=1)

REFORMA AGRÁRIA

## Debate levanta problemas para assegurar diversidade

A construção de políticas de Estado para a reprodução sociocultural de comunidades quilombolas esteve no centro das discussões de seminário que antecedeu a inauguração da II Conferência Internacional da Reforma Agrária.

### Maurício Hashizume – Carta Maior

PORTO ALEGRE – Reforma agrária, hoje, é muito mais que distribuir terra. Fundamental para a formulação de políticas agrárias, o recorte de diversidade ganhou espaço de destaque em seminário realizado nesta segunda-feira (6) que antecedeu a abertura oficial da II Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR) da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), que conta com o apoio do governo brasileiro.

A construção de políticas de Estado que possam garantir o reconhecimento e a reprodução sociocultural de povos quilombolas esteve no centro do debate "Economias e Desenvolvimento Rural das Comunidades Quilombolas". De acordo com Renata Leite, coordenadora do Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o governo definiu, dentro dessa perspectiva, duas linhas mestras de ação: uma voltada para a questão da posse das terras - mais concentrada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) - e outra mais ligada ao incremento de atividades produtivas.

No tocante à segunda linha, uma pesquisa sobre demanda por assistência técnica entre quilombolas, feita ainda em 2003 dentro do contexto do Programa Fome Zero, atestou a força das matrizes produtivas já existentes nas comunidades: 43% dos pedidos se concentraram em projetos de capacitação para atividades de artesanato e agroextrativismo que já vêm sendo desenvolvidas. Não obstante, o levantamento apontou também fragilidades em diferentes segmentos como na comercialização (ausência de estudo de mercado, atuação exploradora de atravessadores, falta de certificação) e no que se refere a créditos (falta de informação, desinteresse dos agentes financeiros, falta de documentação).

Existe ainda uma dificuldade central no que se refere ao modelo de sustentabilidade econômica. "Os técnicos da Emater [Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural] rechaçam a construção de Casas de Farinha, mas mais da metade das comunidades pedem a instalação desses estabelecimentos. A demanda ainda é grande. Aí vem a pergunta: qual é o tipo de assistência técnica que se quer?", coloca Renata.

Às incertezas de rumo, somam-se incongruências conceituais importantes. "Temos dificuldade nessa discussão sobre agricultura familiar. De qual família estamos falando? A família quilombola não é nuclear [pai, mãe e filhos], é extensiva; ultrapassa o limite da casa, do lar", adiciona Oriel Rodrigues, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). "Quilombos não são assentamentos. Muitos projetos no passado não deram certo porque não respeitaram a dinâmica própria dos quilombolas. Técnicos exigem urgência na produção e parece que os quilombolas são desinteressados", emenda. A própria idéia de desenvolvimento, para Rodrigues, é "meio estranha", por trazer um componente implícito de acúmulo material. "Queremos apenas garantir a nossa reprodução socio-cultural".

O representante dos quilombolas chama atenção também para o assédio que eles vêm sofrendo de prefeituras espalhadas pelo País. Isso porque o reconhecimento da existência de territórios tradicionais garante o recebimento de subsídios para serviços sociais. "Estamos em evidência e precisamos tomar cuidado, inclusive no controle dos pesquisadores de quilombolas, que vêm se multiplicando nos últimos tempos", afirma. Liderança do povo Ivaoporunduva, do Litoral Sul de São Paulo (região de Eldorado), Rodrigues reivindica uma maneira de regular o acesso aos conhecimentos tradicionais e às técnicas de manejo ambiental – objeto de debate na 8ª Conferência das Partes sobre Diversidade Biológica (COP-8) da Organização das Nações Unidas (ONU), que terá início no próximo dia 20 de março.

Para representantes quilombolas, no entanto, os problemas principais ainda residem na questão da posse da terra. "Houve avanços, mas a política de reparação do Estado ainda não foi assumida. O que vemos é uma política deste governo, e não de Estado", completa o representante da Conaq. Representantes dos estados de Sergipe, Pernambuco, Maranhão e Bahia endossam a visão dele de que foi aberto espaço para participação, mas os resultados esbarram no problema da desintração (retirada de invasores privados) das terras. Apenas três títulos de terras desintrusadas foram concedidos nos últimos três anos.

"É pouco porque a demanda é muito grande. São cerca de cinco mil comunidades", reconhece Renata, do MDA. Ela explica, porém, que até 2003, não havia instrumentos normativos a respeito de quilombolas. "Foi feito todo um trabalho para a capacitação do corpo técnico do Incra. Contratamos antropólogos no último concurso. Alguns desses processos de estruturação foram concluídos apenas no final do ano passado. Mas já recebemos 406 processos e 27 já foram reconhecidos". A coordenadora sublinha também o investimento de R\$ 12 milhões - dos quais 70% foram repassados diretamente para entidades para serem utilizados em regime de autogestão. "É pouco, mas há três anos não havia um só centavo. Desconsiderar tudo isso é desrespeitar a própria luta quilombola". A meta para 2006, segundo ela, é de 80 reconhecimentos e 20 titulações desintrusadas.

Além do corpo técnico, Renata observa que a consolidação de espaços democráticos participativos, como os conselhos em seus diferentes níveis, deve garantir a política de Estado para os quilombolas, os quais certamente reagiriam às ameaças de retrocesso. Ela admite, porém, que as alterações legislativas (como a isenção de Imposto Territorial Rural (ITR) e o estabelecimento de regras para resolução de casos de sobreposição) precisam avançar. Enquanto isso, o PFL mantém no Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra o decreto 4.887, de 2003 (que regulamentou o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por quilombolas).

[http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=10129&alterarHomeAtual=1](http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10129&alterarHomeAtual=1)

REFORMA AGRÁRIA

## **Stédile pede a Alencar mudança dos índices de produtividade**

Na abertura da Conferência Internacional sobre Reforma Agrária em Porto Alegre, o coordenador do MST pediu ao presidente em exercício, José Alencar, que assinasse portaria que muda os índices de produtividade rural e que poderão aumentar a disponibilidade de terras para a reforma agrária. Portaria foi prometida por Lula em maio de 2005.

### **Verena Glass - Carta Maior**

PORTO ALEGRE – A II Conferência Internacional sobre reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR), que reúne esta semana em Porto Alegre 81 delegações e 22 ministros de Estado de todo o mundo, está sendo utilizada pelas organizações brasileiras como um espaço estratégico para dar visibilidade a questões domésticas.

Uma das principais reivindicações do MST, a atualização dos índices que medem a produtividade de uma área e que tem uma portaria a espera apenas da sanção presidencial, foi levada nesta segunda (6) ao presidente em exercício, José Alencar, pelo coordenador nacional do Movimento, João Pedro Stédile.

A convite do próprio Alencar, Stédile e outros representantes da Via Campesina, como o basco Paul Nicholson, tiveram um

pequeno colóquio com o presidente em exercício ao final da cerimônia de abertura da CIRADR. Tratado como aliado pelo MST em função das críticas que costuma fazer à política econômica do governo e à posição contrária aos transgênicos que adotou à época do debate da liberação da soja geneticamente modificada no país, Alencar ouviu de Stédile o pedido de ratificação da portaria e de Nicholson a demanda de uma posição de defesa da agricultura familiar nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC).

"Eu queria que o senhor tirasse um minutinho para escutar algumas palavra de Paul [Nicholson], mas antes eu tenho um pedido: o senhor se lembra quando teve um papel fundamental no debate sobre os transgênicos e que adotou uma postura digna e a favor da Via Campesina?". Em parêntesis, em setembro de 2003, também na condição de presidente em exercício, apesar de ter assinado a medida provisória que liberou o plantio da soja transgênica depois de muito relutar e sob ordem explícita de Lula, declarou publicamente a sua contrariedade.

"Agora nós precisamos que o senhor aproveitasse também, com sua coragem, e baixasse a portaria que muda o índice de produtividade para fazer a desapropriação de terras [para fins de reforma agrária]", demandou Stédile. A promessa de que os índices seriam atualizados foi feita pelo presidente Lula em maio de 2005 após a marcha do MST a Brasília, mas a assinatura da portaria vem sendo postergada repetidamente desde então.

A resposta a Stédile foi "me manda isso por escrito". Alencar ainda ouviu de Nicholson um pedido formal para que o Brasil adote no debate da OMC uma posição de fortalecimento da agricultura familiar para consumo local, contrária à defesa da produção agrexportadora.

#### CRÉDITO FUNDIÁRIO

Outra pendência doméstica, o crédito fundiário, que vem contrapondo movimentos sociais como o MST e a Contag, foi abordada nesta segunda com a divulgação de uma pesquisa sobre a situação de agricultores familiares beneficiados desde 1997 por esse programa impulsionado pelo Banco Mundial.

Adotado pelo governo FHC com o nome de Cédula da Terra e depois Banco da Terra, o atual Crédito Fundiário é um programa de financiamento facilitado de compra de terra por parte de agricultores familiares, reivindicação antiga da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) como paliativo de um programa de distribuição de terras, em regiões onde a reforma agrária sofre com a falta de áreas passíveis de desapropriação.

Duramente criticado pelo MST, que vê no projeto a aplicação de uma fórmula imposta pelo Banco Mundial com fins de debilitar os mecanismos de desapropriação e mercantilizar a terra, o Crédito Fundiário havia sido rejeitado pelo governo Lula em um primeiro momento, mas depois foi incorporado ao Plano Nacional de Reforma Agrária.

Segundo a pesquisa das ONGs Rede Social de Justiça e Rede Terra, feita em parceria com a Via Campesina Brasil, ha fortes indícios de que a maioria dos beneficiados pelo programa ficarão inadimplentes, agora que terminou o prazo de pagamento da primeira parcela da dívida com o governo.

Sem especificar o que foram projetos da era FHC e quais já se beneficiaram de mudanças introduzidas na gestão Lula, que incluem financiamento da produção e serviços técnicos no pacote, o estudo aponta que 81% dos entrevistados – no total de 1.677 pessoas de 13 estados – não sabem o valor dos juros que deverão pagar, 36% não sabem em quantas prestações financiaram a terra, 48% desconhecem as penalidades da inadimplência e 47% afirmaram que não produzem o suficiente para quitar suas dívidas.

A pesquisa também apontou outros problemas, como falta de transparência e corrupção: 48% dos entrevistados afirmaram que as terras compradas eram improdutivas e poderiam ter sido desapropriadas para fins de reforma agrária, 54% não tiveram acesso ao contrato de compra e venda das áreas, 35% não escolheram as terras que forma compradas, 41% não participaram das negociações de aquisição das áreas e 16% citaram casos explícito de corrupção na negociação.

O agricultor Leonardo da Silva, um dos beneficiários do programa em Pedro Osório, RS, relatou que em sua cidade foi o prefeito que criou uma associação de agricultores e realizou as negociações com o crédito fundiário com a promessa de criar uma cooperativa que prestaria serviços ao município.

"Isso não se cumpriu. Nos colocaram em uma terra improdutiva, tivemos que assinar ainda uma promissória com o antigo dono da terra, não recebemos nenhuma assistência técnica, não ha escolas ou outros serviços no local, e muita gente está abandonando a área porque não tem condições de pagar as dívidas", afirmou.

Segundo o secretário da campanha pela reforma agrária da Via Campesina, o hondurenho Rafael Alegria, esses dados devem ser levados à FAO para justificar a demanda de abandono das políticas implementadas pelo Banco Mundial. O movimento também pedirá ao governo brasileiro que cancele o programa e o substitua pela aplicação do decreto 433, que autoriza o Incra a adquirir terras, com pagamento a vista das benfeitorias e em Títulos da Dívida Agrária (TDA), resgatáveis de dois a cinco anos, da terra nua.

[http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=10130&alterarHomeAtual=1](http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10130&alterarHomeAtual=1)

REFORMA AGRÁRIA

## Via Campesina deverá defender reciclagem da FAO em Porto Alegre

A organização internacional de entidades camponesas deve trazer mais de 100 agricultores de todos os continentes para as atividades paralelas à Conferência Internacional sobre Reforma Agrária da FAO, que acontece em Porto Alegre de 7 a 10 de março. Contrária à intervenção de instituições como a OMC e o Banco Mundial na agricultura, ela defende mais protagonismo da ONU e da FAO no setor. Antes, porém, órgãos têm de mudar.

### Verena Glass - Carta Maior

SÃO PAULO – A organização internacional de entidades camponesas Via Campesina tem se firmado mundialmente – e com peso especial nos países em desenvolvimento – como o principal movimento social de resistência às investidas das grandes multinacionais de alimento, sementes e insumos sobre os modelos de produção e comercialização agrícolas. Foi a principal responsável pelos protestos durante as cúpulas da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2003, em Cancún (México), e 2005, em Hong Kong, quando exigiu a retirada do tema agricultura das negociações do órgão; tem despertado atenção internacional por sua luta contra os cultivos e as sementes transgênicas; e é uma das principais formuladoras de políticas por e para a retomada da reforma agrária como mecanismo essencial do combate à fome e à miséria no mundo.

Para o mês de março, quando o Brasil será palco de três grandes debates internacionais no âmbito das Nações Unidas envolvendo as principais bandeiras da organização – reforma agrária, com a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR), regras sobre produção e transporte de produtos transgênicos, com a Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP-3), e uso e preservação dos recursos naturais, com a Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-8) –, a Via Campesina está preparando uma série de atividades para as quais deve trazer mais de 100 agricultores de todas as partes do mundo.

No âmbito da CIRADR, que acontece de 7 a 10 em Porto Alegre, além de se articular com movimentos de outros setores, como indígenas, pescadores, mulheres, trabalhadores rurais, pastores etc, a Via deve concentrar seus esforços em duas frentes: fortalecimento das campanhas internas e incisão sobre as políticas governamentais, tanto através do diálogo quanto pela pressão.

Antecedendo à CIRADR, nos dias 4 e 5 a organização faz o segundo encontro mundial de sem-terra, reunindo representantes de grande parte dos países onde a luta pela terra é mais forte, como Bangladesh, Sri Lanka, Nepal, Índia, Espanha (Catalunha), Mali, Senegal, Moçambique, Zimbábue, África do Sul, Paraguai, Argentina, Bolívia e Brasil.

“Será um encontro mais orgânico, de intercâmbio e de definição da posição da Via em relação ao CIRADR, já que as posições sobre a reforma agrária já estão postas. Basicamente, defendemos uma alteração radical das estruturas fundiárias. Na Europa, nos EUA e no Canadá, por exemplo, não existe mais terra disponível, não se tem acesso à terra. Sobre os mecanismos de luta, em todo o mundo a principal forma de pressão é a ocupação. Em Bangladesh, por exemplo, são mais frequentes do que no Brasil”, diz Egidio Brunetto, coordenador nacional do MST e representante do movimento na Via Campesina.

De 6 a 9, a organização participa do evento paralelo à CIRADR, o Fórum Terra, Território e Dignidade, organizado pelo Comitê Internacional de Organizações Sociais para a Soberania Alimentar (CIP), que deverá discutir um posicionamento da sociedade civil sobre reforma agrária e desenvolvimento rural para ser levado aos governos na Conferência oficial.

Apesar de ser um dos principais protagonistas da CIP, que já elaborou um documento preliminar para o debate, a Via levava seu próprio posicionamento, afirma Brunetto. “O evento da CIP contará com a participação de vários movimentos e ONGs diferentes, nem sempre os posicionamentos são os mesmos, por isso teremos a nossa própria contribuição”, explica.

Segundo ele, a organização enfatizará a luta contra a mercantilização da terra, numa perspectiva de defesa de um modelo agrícola que priorize a produção de alimentos para o consumo local e nacional ante o modelo agroexportador, e que se contraponha radicalmente ao que chama de reforma agrária de mercado, impulsionada pelo Banco Mundial (venda subsidiada de terras no lugar de desapropriação e redistribuição).

Nesse sentido, a Via também defende o que chama de uma cosmovisão da terra que a coloca como um direito humano ou patrimônio da humanidade, não passível de apropriação individual, de mercantilização ou de compra e venda. Segundo Brunetto, o conceito de posse e o uso coletivo da terra reconhecido pela organização, com um tipo de titulação que não permita a sua comercialização, se baseia no princípio de que os recursos naturais e o ambiente não podem ser apropriados para ganhos individuais contrários a interesses coletivos. “Veja esta nova lei de florestas [PL gestão de florestas, recentemente aprovado pelo Congresso e que dará a empresas concessões de explorar florestas públicas], iniciativas privadas não deveriam ter o

direito de enriquecer com recursos que são de todos”, afirma o coordenador do MST.

#### RELAÇÃO COM GOVERNOS

“A Conferência Internacional para a Reforma Agrária e o Desenvolvimento Rural representa uma ocasião fundamental de encontro e diálogo com os governos, para tratar de uma questão prioritária para os movimentos sociais do mundo todo”, afirma a convocatória da Via Campesina para a CIRADR e o Fórum paralelo.

Dialogar, segundo Egidio Brunetto, não significa, no entanto, estar em todos os espaços disponíveis na Conferência oficial. Segundo o coordenador do MST, o movimento não deve ocupar, por exemplo, as vagas na delegação oficial brasileira disponibilizadas pelo governo para a sociedade civil. Acampada no parque do Pôr-do-Sol, a Via, que, além dos cerca de 100 estrangeiros, contará com uma presença de mais de 2 mil brasileiros, deve apostar nas mobilizações e na pressão, explica.

Por outro lado, o diálogo não se dará numa relação de oposição da Via com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) ou o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), os dois idealizadores a CIRADR, diz Brunetto. Mas serão cobradas mudanças de postura.

Em relação ao governo brasileiro, o problema maior, segundo Brunetto, é que o agronegócio exportador se consolidou claramente como a política oficial do país. Sobre a reforma agrária, ele concorda que houve avanços nos últimos anos, “mas é obrigação [do governo Lula] fazer mais do que o governo FHC”. Já a estrutura política não mudou apesar de compensações pontuais, afirma. “Na política oficial do governo, não há dinheiro para a reforma agrária, os produtos agrícolas não têm preço, o milho, a mandioca, o feijão estão tão baratos que o agricultor não se sustenta. A Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) também não tem dinheiro para comprar a produção dos agricultores conforme proposto, as quantidades adquiridas pelo governo sempre são muito pequenas”, exemplifica.

No âmbito dos debates e das negociações internacionais, a exigência da Via Campesina de que a agricultura não esteja entre os setores regulados pela OMC vem acompanhada, em certo grau, da proposta de que as Nações Unidas e seus organismos voltem a ser os protagonistas nesta área. O problema, aponta Brunetto, é que, apesar da premência de que a ONU recupere seu papel, enquanto a Organização e seus organismos, como a FAO, estiverem subordinados aos interesses e ao poderio dos EUA, um maior protagonismo não trará mudanças nas políticas praticadas atualmente.

“A FAO tem que ser reciclada, do jeito que está não cumpre sua função. Hoje, a discussão será essa, as mudanças necessárias, mas o debate sobre a questão não se resumirá à CIRADR, deve ser aprofundada para além da Conferência”, afirma Brunetto.

[http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=10096&editoria\\_id=2](http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10096&editoria_id=2)

#### CONFERÊNCIA DE REFORMA AGRÁRIA

### **Agronegócio e reforma agrária são conceitos excludentes, dizem movimentos**

Há menos de um mês da Conferência Mundial sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural da ONU, movimentos camponeses preparam evento paralelo e apresentam documento que coloca em xeque as bases da agricultura de mercado e sublinha a reforma agrária como mecanismo essencial de desenvolvimento.

#### **Verena Glass - Carta Maior**

SÃO PAULO – A Conferência Mundial sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR) da FAO (Organização da ONU para Agricultura e Alimentação), que acontece em Porto Alegre de 7 a 10 de março, pretende recolocar na agenda global um tema que foi discutido oficialmente pelo órgão em 1979 pela última vez. O motivo da retomada do assunto, depois de tanto tempo, segundo a FAO, seria principalmente a necessidade de turbinar as engrenagens do combate à fome e à miséria, previsto nas Metas de Desenvolvimento do Milênio da ONU (MDMs).

Já os movimentos sociais do campo, em grande parte articulados na Via Campesina, garantem que foram a pressão e as elaborações da sociedade civil que levaram a ONU a reconhecer a Reforma Agrária como uma temática atual e premente, principalmente diante do fato – defendem – de que o modelo dominante do agronegócio exportador não apenas não combate, mas é um dos causadores da pobreza no campo. Este é, aliás, o principal foco do documento que será discutido na conferência paralela da sociedade civil durante a CIRADR, e posteriormente apresentado ao evento oficial.

Da perspectiva da FAO e dos governos, o debate da Conferência oficial se dará sobre cinco eixos (ou textos-base) que discutem políticas e práticas de promoção da reforma agrária, acesso à terra, a insumos agrícolas e a serviços agrários, a relação da reforma agrária com a justiça social e o desenvolvimento sustentável, e soberania alimentar e acesso aos recursos naturais. Outros temas, como dimensão de gênero, condição dos trabalhadores rurais assalariados, agricultura familiar, grupos nômades e sedentários, povos indígenas e minorias étnicas, uma legislação restritiva com relação à superfície máxima das propriedades

agrícolas, direito ambiental, relação entre segurança alimentar e segurança nos sistema de propriedade da terra, desenvolvimento territorial, as dimensões cultural e de biodiversidade dos sistemas agrários, e o papel do Estado e do mercado na reforma agrária, poderão entrar no evento oficial de forma transversal.

Por sua vez, a conferência paralela Terra, Território e Dignidade, organizada pelo Comitê Internacional de Planejamento de Organizações Sociais para a Soberania Alimentar (CIP), com apoio logístico do governo brasileiro e da própria FAO, pretende politizar o debate ao cobrar posicionamentos claros sobre questões delicadas, como o apoio dos governos e das instituições financeiras internacionais a políticas de concentração de terra, empobrecimento e dependência dos pequenos agricultores.

#### MODELOS EM DEBATE

O questionamento sobre as causas que levaram o campo a ser, em grande parte do mundo, um pólo concentrador de pobreza e fome, como constatou a própria FAO, é a premissa do documento do CIP. Grosso modo, entre as origens da miséria rural, o CIP aponta: primeiro, a expulsão renitente de pequenos agricultores, povos indígenas e autóctones das terras mais férteis e agriculturáveis por grandes produtores, e seu deslocamento para áreas periféricas inférteis, de difícil cultivo e com carência de água.

Segundo, a adoção mundial do modelo de produção agroexportador, acompanhado de uma série de políticas de achatamento dos preços dos produtos agrícolas e a inviabilidade da agricultura de menor escala (inclusive através da prática do dumping), acordadas em instâncias supranacionais como a OMC. Terceiro, a imposição de uma agricultura tecnificada e dependente de avanços tecnológicos inacessíveis aos pequenos agricultores, e a introdução forçada de elementos como os transgênicos.

Quarto, a privatização de serviços como assistência técnica, crédito agrícola e a adoção da reforma agrária de mercado, implementada pelo Banco Mundial.

Para enfrentar estes problemas, afirma o documento do CIP, não existe meio termo: há que se efetuar uma reforma agrária redistributiva que atinja as terras produtivas, e portanto, o latifúndio. "Se mantida a tendência da concentração crescente da terra, acompanhada pela agricultura orientada para a exportação, será impossível atingir-se a sustentabilidade social e ambiental", preconiza.

Por outro lado, "quando uma parcela significativa de terra de qualidade foi verdadeiramente distribuída a uma maioria de pobres rurais, com políticas comerciais e econômicas favoráveis a uma agricultura familiar de sucesso, e quando o poder das elites rurais de distorcer e capturar políticas foi quebrado, os resultados invariavelmente foram de uma redução real e mensurável da pobreza e a melhora da qualidade de vida das pessoas", diz o CIP, citando como exemplo os processos de reforma agrária no Japão, na Coreia do Sul, em Taiwan, na China e em Cuba.

Nesta direção, da mesma forma em que a expulsão dos pequenos agricultores e das comunidades tradicionais das terras mais produtivas levou à sua incursão sobre áreas de floresta e recursos naturais de forma muitas vezes insustentável, criando o binômio miséria/destruição ambiental, o CIP defende que, dadas as condições dignas de trabalho e sobrevivência, são estes os atores e é a agricultura familiar os mais habilitados para implementar o desenvolvimento sustentável e a preservação do ambiente e dos recursos naturais.

Os movimentos sociais também demandam a adoção do conceito de território, mais do que o de "terra", para os povos indígenas e originários, concedendo-lhes a soberania sobre os mesmos. E, sobretudo, o conceito de soberania alimentar como indissociável da reforma agrária e do desenvolvimento rural.

"Os pilares mais importantes da soberania alimentar incluem o reconhecimento e o reforço do direito à alimentação e à terra; o direito de cada nação ou povo de definir suas próprias políticas agrícolas e alimentarias; o respeito do direito dos povos indígenas aos seus territórios e dos ribeirinhos/pescadores às áreas de pesca; o afastamento das políticas de livre comércio e a priorização da produção para os mercados local e nacional; uma reforma agrária genuína; e uma agricultura familiar sustentável e baseada nas práticas agroecológicas", defende o CIP.

#### TITULAÇÃO

Uma questão que pode trazer discordâncias internas por seu caráter polêmico é a crítica a alguns pontos do que a Via Campesina (e o documento do CIP) define como reforma agrária de mercado; ou, mais especificamente, os pontos que tratam da titulação da terra e do Banco da Terra.

"Acelerar políticas de titulação de terra desenhadas pelo Banco Mundial, ser um facilitador dos mercados de terra e promover o crédito do tipo Banco da Terra para compra de áreas pelos pobres é a chamada reforma agrária de mercado ou negociada. (...) Programas de titulação podem levar a novas perdas de terra, como na Tailândia, conflitos, como no México, e o custo dos Bancos da Terra torna seus presumíveis objetivos dolorosamente inadequados se comparados à magnitude do número de sem-terras, como na Guatemala", argumenta o CIP.

No Brasil, organizações como a Contag defendem o Banco da Terra, e a titulação definitiva de áreas de posse é uma reivindicação antiga de ribeirinhos, comunidades tradicionais e assentados. Já o MST defende uma forma de concessão de uso das terras que não permita a sua alienação ou venda.

## INTERFACES

Segundo os organizadores da conferência paralela, as posições finais da sociedade civil – que terá uma representação de 50 pessoas na CIRADR, além dos que integrarão as delegações oficiais (na brasileira, serão oito representantes dos movimentos sociais) – deverão ser apresentadas aos governos no penúltimo dia da Conferência. Qual a força de incidência sobre a plataforma política final da CIRADR e da FAO ainda é uma incógnita. “Mas vamos estar mobilizados e fazendo pressão”, garantem os dirigentes do MST.

Já o governo brasileiro, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), vem tentando construir uma agenda de consenso. Tanto que as posições do país devem refletir o debate do Comitê Brasileiro do CIRADR, composto por representante de todos os movimentos sociais envolvidos no debate da reforma agrária, afirma o coordenador do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead) do MDA, Caio Galvão. E garante: “o que está colocado no debate do Comitê Brasileiro reflete uma visão compartilhada por muitos e certamente incidirá sobre os resultados da conferência e seus desdobramentos”.

Especificamente sobre as políticas nacionais, o coordenador do Nead avalia que o país está em um estágio bom. “O Brasil é o único país do sul do mundo em que o Estado criou e está ampliando políticas de acesso à terra combinadas com o apoio a produção e acesso a direitos. Existe algum outro país onde há crédito subsidiado, seguro, programa de comercialização, assistência técnica, Pronea e um volume tão expressivo de investimentos em infra-estrutura? Claro que muito precisa ser feito, já que estas políticas estão em diferentes estágios de implementação e consolidação”, argumenta.

Já o assunto titulação recebeu uma atenção especial do governo, principalmente na Amazônia com o projeto de ordenamento fundiário, diz Galvão. Para ele, este é um debate que o MST e a Via Campesina precisam amadurecer. “Veja o que está sendo feito no Pará: uma ação do Estado que se associa às lutas e às experiências das comunidades tradicionais para estabelecer um novo padrão de ocupação da Amazônia. O que ocorre lá é mais do que mudar a estrutura fundiária, é mudar o padrão de desenvolvimento, via combinação de criação de unidades de conservação, Resex, PDS, projeto de assentamento florestal, criação de infra-estrutura e montagem de uma nova presença do Estado. Trata-se de eliminar o latifúndio grileiro, organizar a produção madeireira e estabelecer uma base econômica centrada na combinação de atividades extrativistas associadas a agregação de valor”, explica.

- Fotos: Paulo Lima/MST

[http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=10075&alterarHomeAtual=1](http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10075&alterarHomeAtual=1)

## REFORMA AGRÁRIA

### A agenda recuperada\*

Co-idealizador e anfitrião da Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural da ONU em 2006, o Brasil se prepara para construir uma posição política que leve em conta a diversidade de experiências e posicionamentos da sociedade civil. Primeiro debate sobre o apresenta esboço da posição do país.

### Marco Aurélio Weissheimer - Carta Maior

“Reforma Agrária não é discutir um pedaço de terra, mas é discutir a vida do ser humano como um todo”.  
Raimunda Gomes da Silva, quebradora de coco, integrante do Conselho Nacional de Seringueiros

Cerca de 40% da força de trabalho do mundo hoje vivem no campo, abrangendo uma população estimada entre 2 e 3 bilhões de pessoas. Esse dado, apresentado pelo economista Ignacy Sachs, no primeiro dia da Oficina Preparatória para a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR-FAO), já seria suficiente para justificar a atualidade da agenda da Reforma Agrária. Atualidade esta, questionada nas últimas décadas pelos defensores de um modelo econômico que associou o trabalho rural ao atraso, igualou a modernidade à vida urbana e condenou a Reforma Agrária como uma pauta anacrônica e inútil. Mas os números citados pelo Diretor Honorário de Estudos da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, de Paris, vieram acompanhados de diagnósticos que desmentem o elogio deslumbrado de uma modernidade que segue expulsando, todos os anos, milhões de pessoas do campo para a periferia das cidades. Outros números, relativos à realidade brasileira, reforçam essa percepção. O Brasil possui 4,8 milhões de estabelecimentos rurais. Destes, 4,1 milhões são estabelecimentos de agricultura familiar, sendo responsáveis por 77% dos empregos rurais e 60% da produção de alimentos no país. Em 2003, as cadeias produtivas da agricultura familiar respondiam por 10% do PIB brasileiro.

Alicerçados nestes números, os debates da oficina preparatória à conferência internacional da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) que será realizada em Porto Alegre, de 7 a 10 de março de 2006, apresentaram, sobretudo, a atualidade de uma agenda recuperada. A expressão justifica-se pela história recente do debate sobre a Reforma Agrária e o Desenvolvimento Rural. A última conferência internacional da FAO sobre o tema foi realizada há 27 anos, no ano de 1979. O silêncio que se seguiu é elucidativo a respeito do que se passou no mundo neste período. E esse silêncio foi radiografado no debate realizado no auditório do Itamaraty, uma iniciativa do Comitê Brasileiro, coordenado pelo Ministério do

Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério das Relações Exteriores, e composto por 29 entidades da sociedade civil e órgãos federais, e o escritório da FAO no Brasil. Uma das informações esquecidas que a radiografia mostrou foi a de que o processo histórico de ocupação de terras levou à conformação de um modelo agrário que coloca o Brasil entre os países com os maiores índices de concentração de terras do mundo. A conferência organizada pela FAO será uma grande oportunidade para atualizar o debate sobre essa realidade.

Criada em 1945 com o objetivo de combater a fome no mundo, a FAO experimentou uma inflexão em seu trabalho já no ano seguinte, a partir da publicação do livro "Geografia da Fome", de Josué de Castro. Ganhou intensidade aí, de um modo mais potente, o debate sobre a posse da terra. Uma das coisas que esse debate vai mostrar é a relação íntima entre pobreza, fome, concentração de terra e de renda, uma conexão que vai conter o crescimento da agricultura. No decorrer da década de 50, a FAO começou a discutir o conceito de propriedade. Na década seguinte, intensificou-se o debate sobre as relações entre fome, pobreza e acesso à terra, processo que vai culminar, em 1979, com a realização da primeira conferência internacional sobre Reforma Agrária, que teve como documento final a "Carta do Camponês". A partir daí, veio um período de silêncio, um silêncio na verdade atravessado por acontecimentos bastante ruidosos que aumentaram a expulsão de homens e mulheres do campo e ajudaram a engrossar os bolsões de pobreza nas periferias urbanas. Em 1992, lembrou Paulo Groppo, a FAO chegou a ser pressionada para retirar o tema da Reforma Agrária de sua agenda, o que levou a organização a pensar sobre essa pauta com mais profundidade. Foi um período também, onde os agricultores e suas organizações foram submetidos a um intenso processo de exclusão.

O que emergiu da radiografia desse silêncio de 27 anos? Em primeiro lugar, um diagnóstico sobre o crescente processo de exclusão de milhões de pessoas, expulsas de suas terras e despejadas nas periferias pobres de médias e grandes cidades. Um processo repetido no Brasil e em várias outras partes do mundo. Como lembrou o ministro interino das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, uma das principais características da sociedade brasileira segue sendo a desigualdade social, a concentração de renda e de propriedade. Historicamente, esse processo de concentração esteve associado, entre outras coisas, ao latifúndio e à escravidão. O latifúndio segue sendo uma realidade e a escravidão deu lugar às suas expressões modernas, o trabalho escravo, o trabalho infantil. A agenda da Reforma Agrária bate de frente com essa realidade e, ao mesmo tempo, é desafiada por ela.

Um dos maiores desafios é explicitar com mais clareza a relação entre a questão agrária e o modelo de desenvolvimento adotado pelo país. O Brasil mudou muito nas últimas décadas, tornando-se um país predominantemente urbano. No entanto, ao lado dessa urbanização crescente e da constituição de imensas concentrações populacionais nas regiões metropolitanas, a grande maioria dos municípios brasileiros segue tendo sua dinâmica econômica e social marcada pelas atividades rurais, agrícolas e não-agrícolas. No campo, o chamado agronegócio é considerado por muitos a expressão da modernidade no setor rural. No entanto, a maior parte dos alimentos consumidos pela população é produzida pelos agricultores familiares. Agricultores estes, homens e mulheres, que sofrem uma constante pressão dos mecanismos que alimentam o processo de concentração de riqueza, propriedade e poder na sociedade brasileira. Ou seja, confrontar a estrutura agrária do país implica contestar o próprio modelo de desenvolvimento que privilegia, entre outras coisas, a grande propriedade, o mercado externo e a desregulamentação do trabalho na cidade e no campo.

#### Um problema global

É neste contexto que deve ser entendida a frase de Samuel Pinheiro Guimarães: "a Reforma Agrária não é apenas um tema de política interna". Na verdade, o debate sobre esse tema está intimamente ligado ao debate sobre qual o modelo de desenvolvimento que se quer para o país e, em que medida, esse modelo determina a inserção do Brasil no mundo. Reconhecer a natureza e o significado dessa relação é o primeiro passo para entender não só a atualidade mas também a amplitude da pauta da Reforma Agrária. Uma das coisas que a conferência de março de 2006 pretende fixar é que essa amplitude é global e passa por temas como meio ambiente, comércio, desenvolvimento, energia, segurança alimentar, discriminação contra mulheres e opressão étnica, entre outros. A urgência que esses temas adquirem hoje deve-se, em certa medida, à interdição imposta a eles por um modelo econômico hegemônico que chegou a apregoar o fim da história. O crescente clima de instabilidade social, política e ambiental, em escala global, provocou rupturas nesta interdição.

Rupturas provocadas também por repetidas erupções de violência, como a que surpreendeu os franceses neste início de novembro, como assinalou José Tubino, representante da FAO no Brasil. Uma convulsão urbana, cujos agentes centrais são jovens desesperados e desesperançados, sem oportunidade de emprego e sem perspectiva de futuro. Uma realidade conhecida em centenas de médias e grandes cidades, que passaram a abrigar barris de pólvora, prontos a explodir quando menos se espera. O que isso tem a ver com o debate da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Rural? Nos explosivos cinturões de periferia que circundam as cidades, há milhões de pessoas que foram expulsas de suas terras, uma exigência da "modernização" industrial que prometeu conduzir o mundo a um período de paz e prosperidade. Passaram-se os anos e, no lugar da paz e da prosperidade, instalaram-se a violência e a ausência de perspectivas. Chegamos até aí não por acaso, mas por escolhas políticas e econômicas muito bem identificadas.

O diretor da Divisão de Desenvolvimento Rural da FAO e secretário do Comitê Organizador da conferência de Porto Alegre, Parviz Koochafkan, apontou a lógica geral que regeu tais escolhas. No contexto internacional, um modelo de globalização baseado no capital financeiro que trouxe como saldo negativo a exclusão social, o crescimento da pobreza e da desigualdade social e a destruição ambiental. Esse modelo veio acompanhado de políticas econômicas que desfavoreceram o setor rural, particularmente os pequenos agricultores e agricultoras que trabalham em regime familiar e as comunidades rurais tradicionais, e promoveram a degradação da terra, dos recursos hídricos, do ar e da biodiversidade. Tal cenário justifica, por vários motivos, a importância e a urgência da agenda da Reforma Agrária. O principal deles está baseado na compreensão de que ela é uma condição necessária para enfrentar esses problemas. E é necessária porque a crítica desse modelo concentrador, destruidor e excludente anda de mãos dadas com a defesa da agricultura familiar e das comunidades rurais como fator de redução da pobreza e da exclusão nas cidades, além de ser uma condição para a melhoria da segurança alimentar.

#### Uma construção coletiva

A hegemonia desse modelo de globalização foi tal que as pautas da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Rural foram quase varridas do mapa político internacional, um processo que se aprofundou a partir dos anos 80. Nas duas décadas anteriores, a Reforma Agrária era uma iniciativa de governos que conseguiu alguns avanços significativos. A era de predomínio do capitalismo financeiro não só bloqueou esse processo como provocou vários recuos. A entrada em cena de novos movimentos sociais, organizados a partir da mobilização de agricultores sem-terra, de pequenos agricultores, povos indígenas e outras populações rurais tradicionais, foi fazendo com que, aos poucos, a agenda da terra começasse a ser recuperada. Iniciativas como a do governo brasileiro, de implementar, com todos os seus limites, um Plano Nacional de Reforma Agrária, alimentaram e fortaleceram a esperança dessa retomada. E chegamos hoje a um renovado diálogo entre governos, organismos internacionais e movimentos sociais para tentar recolocar, de uma vez por todas, esse debate em escala global.

Essa retomada está acontecendo de um modo distinto àquele verificado em outras épocas, quando os governos eram os

principais protagonistas do debate sobre a questão agrária. A metodologia de construção da CIRADR é um exemplo disso. Na abertura da oficina preparatória, os representantes da FAO elogiaram o processo de consulta implementado pelo governo brasileiro junto a organizações sociais para a definição de uma agenda mínima comum a ser levada a Porto Alegre. Neste processo de construção coletiva, os canais de diálogo estendem-se também a outras áreas. A Conferência Nacional do Meio Ambiente, que será realizada em dezembro de 2005, integrou-se também na preparação do encontro para discutir Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural. No plano internacional, a FAO, através do comitê organizador do evento, desenvolveu um processo de consultas e debates envolvendo de 15 a 20 países. Por influência brasileira, admitiu Flavio Perri, representante do Brasil na FAO, a organização abriu o processo de construção da conferência para a sociedade civil.

A escolha metodológica está relacionada também a um dos efeitos negativos do atual modelo de globalização: o déficit democrático e a destruição dos espaços de diálogo e debate. A conferência paralela, que tradicionalmente acompanha os eventos da ONU, pretende inovar neste aspecto, com a construção de pontes entre os dois encontros (o oficial e o paralelo), através de intervenções o mais paritárias possíveis e com uma representação mais proporcional de participantes do fórum paralelo no oficial. Não se trata aqui apenas do reconhecimento da importância do método participativo, mas também da compreensão de que os problemas em cada país são muito diferentes e que, somente um diálogo aberto entre essas diferenças, pode auxiliar na identificação de problemas e estratégias comuns.

A questão da democracia atravessa esse debate de diferentes maneiras. Como lembrou a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, a proposta de democratização do acesso à terra está relacionada aos debates sobre novos paradigmas de desenvolvimento sustentável, à defesa da preservação dos conhecimentos tradicionais das populações rurais, à segurança alimentar, entre outras. Temas que mostram, segundo ela, a necessidade de construir uma ponte entre a tradição e a modernidade e de olhar para esses conceitos e problemas com uma nova perspectiva cultural e ética. Afinal de contas, em um mundo onde cerca de 2 bilhões de pessoas passam fome, o tema da segurança alimentar não pode ser tratado meramente como uma questão técnica a ser resolvida por especialistas.

#### Fortalecer a cultura da Reforma Agrária

As ramificações culturais do debate sobre a questão agrária podem ser mais profundas do que parecem. O ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, citou um obstáculo a ser vencido nesta direção. Mais uma vez, aqui, a referência à hegemonia neoliberal nos anos 90 é inevitável. Além de estigmatizar a questão agrária como algo superado, essa hegemonia fortaleceu forças políticas que trabalharam – e seguem trabalhando – cotidianamente para desqualificar esse debate, como se fosse uma questão residual de menor importância. No Brasil, assinalou Dulci, há forças que não se assumem como adversários da Reforma Agrária, mas que são adversárias dela de fato. E com poder de influenciar a opinião pública. Daí a necessidade de fortalecer a cultura da Reforma Agrária e qualificar o debate conceitual em torno dessa agenda.

A amplitude desse debate conceitual deve ser uma das novidades da conferência de Porto Alegre. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, relacionou alguns dos novos temas que já integram esse debate: quilombolas, povos indígenas, igualdade de gênero e acesso a direitos. E não o integram de um modo isolado, mas no contexto da discussão sobre a necessidade de construção de um modelo sustentável de desenvolvimento para o Brasil e da defesa do fortalecimento dos organismos multilaterais por uma nova agenda global. Na avaliação de Rossetto, a agenda sobre políticas agrícolas não pode estar concentrada exclusivamente no âmbito das negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC). Na reunião de Hong Kong, lembrou, mais uma vez serão as políticas agrícolas que exporão aos maiores contradições do modelo atual de comércio internacional. E não há como a FAO não ter um papel protagonista neste processo. Após 27 anos, a FAO terá essa oportunidade agora. A conferência de Porto Alegre representará uma oportunidade também para o resgate de algumas idéias e conceitos, cuja morte já havia sido decretada pelos partidários do modelo econômico hegemônico hoje. Idéias e conceitos que podem contribuir fortemente para a proposta de fortalecimento da cultura da Reforma Agrária junto à sociedade.

#### Idéias para uma nova agenda

Uma dessas idéias, muito discutida nos anos 60, foi destacada por Ignacy Sachs. Ela defende que é possível avançar muito com um modelo de crescimento puxado pelo emprego sempre que haja, ao mesmo tempo, uma grande produção de alimentos para enxugar a maior demanda resultante de um crescimento da massa salarial. Isso é o bê-a-bá de Keynes, lembrou. Muitos economistas sustentam que países como o Brasil não podem ter grandes taxas de crescimento, pois isso aqueceria demasiadamente a economia, elevando muito o nível de consumo e, por conseguinte, trazendo a volta da inflação. Mas, segundo a idéia citada por Sachs, não há risco de inflação se existir capacidade de lançar no mercado bens de salário que enxuguem uma maior demanda. Os alimentos são justamente os maiores bens de salário. Ou seja, uma Reforma Agrária e um projeto de desenvolvimento rural que estimulem a produção de alimentos para o mercado interno poderiam ser poderosos instrumentos para alavancar o crescimento da economia de um modo sustentável.

Outra idéia que aponta nesta mesma direção é a de um desenvolvimento territorial participativo e negociado, que vem sendo desenvolvida pela FAO. Uma proposta que também prioriza a agricultura familiar e a produção de alimentos para os mercados nacionais. No início da oficina preparatória, alguém disse que essas idéias haviam sido jogadas para escanteio nos últimos anos. Sachs corrigiu: elas não foram jogadas para escanteio, foram expulsas de campo com cartão vermelho. E quais são as chances reais delas voltarem ao jogo agora? No caso do Brasil, apesar de todos os limites e contradições que atravessam o governo Lula, a implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, o Fome Zero e o fortalecimento dos movimentos sociais do campo ajudaram a criar um terreno mais favorável para o seu florescimento. Em outros países, ao contrário, o que se deu foi um processo de contra-reforma agrária, de adoção de políticas para desfazer avanços que haviam sido conquistados.

Por isso, registrou ainda o economista, nada melhor do que realizar uma conferência de Reforma Agrária em um país onde ela faz parte da agenda política. Esse clima mais favorável, comparativamente ao que se verifica em outros países, é um fator que oferece mais tempo e espaço para investigações conceituais e metodológicas importantes. Como, por exemplo, estabelecer uma tipologia de reformas agrárias, propôs Sachs. Temos, um leque de modelos, a Reforma Agrária de mercado defendida pelo Banco Mundial (onde não há indenização mas operações negociadas de compra e venda) e a Reforma Agrária feita com desapropriações sem pagamento de indenizações. Entre esses dois modelos extremos, o uso de indenizações é o padrão mais comum em todas as partes do mundo. Segundo Sachs, vale a pena resgatar essa história e concentrar nosso estudo em uma questão fundamental: por que esse segundo tipo de Reforma Agrária não avançou como deveria ter avançado?

A resposta a essa questão certamente tem a ver com o período de hegemonia do modelo neoliberal descrito acima e com a expulsão que atingiu a questão agrária como um fator relevante para o desenvolvimento de um país. Mas refletir sobre as implicações de tais perguntas ajuda a entender qual o modelo de Reforma Agrária que pode ser buscado hoje, nas condições atuais do mundo. Neste modelo a ser buscado, o acesso à terra certamente é um primeiro passo. E certamente não é o único. Qualquer proposta séria nesta área deve ter a forma de um feixe de políticas públicas simultâneas que garantam, além do acesso à terra, acesso a conhecimento técnico, a equipamentos, a crédito e, importante não esquecer, a mercados. Outra preocupação dessas políticas, defendeu Sachs, está relacionada à organização das entidades que surgem do processo de

## Reforma Agrária.

Defensor do empreendedorismo coletivo, ele advertiu que não é suficiente distribuir terra e deixar os agricultores se virarem por conta. A terra precisa vir acompanhada de um conjunto de políticas de apoio e cooperação. Aí aparece mais um dos laços que vincula a agenda específica da questão agrária com a pauta mais ampla acerca de qual modelo de desenvolvimento queremos. Pois, pressupor a necessidade de um feixe de políticas públicas tais como as descritas acima, implica defender a existência de um Estado desenvolvimentista, outra idéia que foi escanteada ou expulsa de campo, como prefere dizer Sachs. A aposta é que, em virtude do agravamento de um conjunto de problemas sociais e ambientais, essas idéias interditas estão ganhando uma nova oportunidade.

Há muita gente que diz que o rural pertence ao passado para defender a transferência das populações rurais para as cidades. Mas o que seria exatamente um campo sem homens, considerando que 40% da força de trabalho, algo entre 2 e 3 bilhões de pessoas, seriam jogadas para favelas e zonas de periferia? Sachs perguntou e ele mesmo respondeu: isso não é um processo de urbanização, mas sim um processo de êxodo forçado do campo. As pessoas submetidas a esse tipo de deslocamento passam a viver num purgatório. Na melhor das hipóteses, elas são candidatas a serem urbanizadas. Assim, é o próprio desenho de nossas cidades que está em xeque quando pomos em evidência essas distorções gritantes. Como estão, elas se tornaram aglomerados altamente instáveis e potencialmente explosivos. O que é mais incrível é que, apesar desse quadro, o rural siga sendo estigmatizado por muitos como um sinônimo de atraso. Nossas grandes cidades seriam a expressão do avanço, portanto? Quem mora nelas ou as conhece terá muita dificuldade de entender esse conceito de "avanço". Esses seriam, segundo Sachs, alguns dos principais imperativos sociais para justificar a atualidade e a urgência da questão agrária..

### Imperativos ambientais e energéticos

Mas esses imperativos não são apenas sociais. Há aqueles de natureza ambiental também, acrescentou o economista. Agricultores familiares, quando enquadrados em políticas de desenvolvimento, tornam-se os maiores defensores do meio ambiente. Para Sachs, a melhor maneira de proteger o meio ambiente não é deixar o homem de fora dele, criando grandes reservas naturais inacessíveis ao homem. O caminho seria outro: não deixar de fora, mas aprender a usar sem destruir. O caminho da sustentabilidade não seria o caminho da criação de reservas simplesmente. O segundo imperativo ambiental apontado por ele para justificar a importância estratégica da Reforma Agrária está relacionado à atual matriz energética do planeta.

Um dado sobre o Protocolo de Kyoto explicita onde está o "x" da questão: mesmo se esse acordo for realizado em 100%, o que é pouquíssimo provável para dizer o mínimo, terá sido feito 6% do que precisa ser feito para reduzir de modo significativo o atual nível de emissão de gases poluentes para a atmosfera. Além disso, o Protocolo de Kyoto deixa fora países como a China que caminha rapidamente para se tornar a segunda nação mais poluidora do planeta. Conclusão: se, em duas décadas, não sairmos da energia fóssil, vamos enfrentar problemas muito sérios. Onde entram a Reforma Agrária e o Desenvolvimento Rural neste debate? Segundo Sachs, entram justamente na medida em que significam uma peça-chave na construção de um novo modelo energético global baseado em biocombustíveis.

Em 2005, já estaríamos começando a assistir o início do fim da era do petróleo. O que 30 anos de discurso ambientalista não conseguiram, 6 meses de crise do preço do petróleo conseguiram, ironizou. É claro que o petróleo não vai desaparecer dentro de alguns anos. Como lembrou Sachs, essas transições normalmente não se dão por esgotamento físico, nem por problemas de escassez, mas por razões de eficácia e da relação custo-benefício. Foi assim quando saímos da lenha para o carvão e, mais tarde, quando saímos do carvão para o petróleo. Estaríamos hoje em vias de entrar em um processo semelhante, em função das imensas potencialidades de energia renovável a partir do uso de biomassa, a partir do uso de resíduos que normalmente não são aproveitados para nada. E o Brasil é um dos países que tem o maior potencial para desenvolver uma espécie de "Programa Manhattan de energia renovável" (uma referência de Sachs ao projeto do governo dos EUA que reuniu uma elite de cientistas internacionais para a criação da primeira bomba atômica). Já há alguns projetos, ainda em fase inicial, que apontam nesta direção, como é o caso do biodiesel. Isso abre possibilidades para biocombustíveis e, sobretudo, para uma nova fase de desenvolvimento rural.

Mas a substituição do petróleo por biocombustíveis não esgota a necessidade de um novo modelo energético. O perfil essencial dessa mudança está na outra ponta, no perfil da demanda, dos consumidores de energia. A agenda aqui também é desafiadora: priorizar a construção de sistemas de transporte coletivo mais eficientes, diminuir a distância entre o lugar que se produz e o que se consome, redesenhar as cidades. É um programa de governo, praticamente. Tudo isso pode ser alavancado por políticas públicas ou ser contrariado por elas. Essa última opção tem sido mais freqüente. O fato é que o Brasil, um país que tem seis vezes mais terras que a França, está sentado sobre uma grande oportunidade, possuindo condições altamente favoráveis para construir um novo paradigma energético. A biodiversidade, a biomassa e a biotecnologia constituem, segundo Sachs, um tripé estratégico capaz de engendrar um novo padrão civilizatório.

No entanto, aqui cabe uma advertência: também é possível produzir uma montanha de biocombustível sem homens. Ou seja, essa visão não garante, necessariamente, um modelo que priorize a agricultura familiar. A ressalva feita por Sachs é importante, entre outras razões, por chamar a atenção sobre a complexidade e as armadilhas que podem estar no caminho da construção de um projeto de desenvolvimento rural desconcentrador de propriedade e de renda. Serve também para alertar sobre a importância de estar preparado para responder a argumentos que pretendem desqualificar propostas alternativas ao modelo do agronegócio.

Um exemplo disso é o argumento que recorre a premissas ambientais para rejeitar a proposta de utilização da biomassa para produção de energia. Segundo esse argumento, não poderíamos permitir que problemas energéticos viessem a competir com problemas de segurança alimentar. Sachs responde: esse cálculo não está bem feito, falta uma visão sistêmica do problema e não considera os sistemas integrados de produção que permitem a poupança de áreas cultivadas. A maior lição que os ecologistas deram aos economistas, segundo ele, é que os modelos econômicos têm que levar em conta as noções de ecossistema (sistemas integrados) e de resíduo (que, normalmente, pode ser reaproveitado). Diante da crise energética que o mundo vive hoje, um dos principais desafios políticos que se apresenta, defendeu ainda Sachs, é usar essa situação como uma oportunidade, não para repetir experiências como a do Proalcool (implementada com concentração territorial e concentração de recursos), mas para construir políticas de desenvolvimento rural direcionadas segundo o princípio da FAO – desenvolvimento territorial, participativo e negociado. Uma última advertência: esse processo não deve ser pensado em abstrato, mas sim ancorado em realidades concretas, considerando-se toda sua complexidade.

### A agenda dos movimentos sociais

As propostas apresentadas até aqui para uma Reforma Agrária articulada com um projeto de Desenvolvimento Rural são o sonho de todos os movimentos sociais do campo e da cidade, como resumiu Paulo Carallo, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). O problema é confrontá-las com a realidade brasileira e ver o quanto ainda são um

projeto a ser construído. A concentração fundiária segue sendo uma realidade, o agronegócio expande-se pelo Centro-Oeste e Norte do país com a monocultura da soja, sendo acompanhado por práticas de trabalho escravo e trabalho infantil. A violência no campo segue matando trabalhadores rurais. Outros efeitos do agronegócio são a destruição do meio ambiente, o aniquilamento da cultura camponesa e o aumento da população das favelas urbanas. Todas essas conseqüências negativas são potencializadas pela perda da capacidade de intervenção do Estado, após duas décadas de políticas que defenderam e praticaram seu desmantelamento.

Essas são as linhas gerais do cenário no qual se movem os movimentos sociais. A Conferência de Porto Alegre será uma oportunidade não só para elaborar uma proposta de desenvolvimento rural com Reforma Agrária, mas também de mostrar para a sociedade os problemas do país. Problemas que têm uma raiz estrutural, mas que foram agravados pela agressividade das políticas neoliberais. Na avaliação de Rogério Mauro, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o capitalismo na sua fase neoliberal não só não deu conta de resolver o problema agrário, como o agravou, especialmente nos países periféricos. A agricultura desses países, entre os quais o Brasil está obviamente incluído, passou a ser controlada pelo capital financeiro transnacional. Suas corporações controlam praticamente todos os processos de produção e comercialização, condicionando fortemente a produção de alimentos.

Uma das conseqüências perversas desta hegemonia foi que mais de um milhão de famílias de agricultores deixaram o campo no Brasil, na década de 90. Além disso, ocorreu uma destruição intensa de empregos agrícolas, aumento de concentração da terra, do capital e, conseqüentemente, do poder político. A Reforma Agrária foi expulsa do campo e o agronegócio tornou-se o símbolo da modernidade, alimentando um modelo agrícola altamente concentrador de renda, voltada para o mercado externo com um grande potencial destruidor do meio ambiente. Neste contexto, assinalou Rogério Mauro, a Reforma Agrária passou a ser tratada como uma mera política compensatória ou, pior, acabou engolida por movimentos de contra-reforma agrária. Mesmo diante de tantas adversidades, os movimentos sociais do campo conseguiram ajudar a recolocar a Reforma Agrária de volta ao debate internacional. O futuro da experiência brasileira, através do Plano Nacional de Reforma Agrária, é visto com um misto de expectativa e preocupação.

Nas palavras de Paulo Carallo, o PNRA não é o ideal, mas é o melhor plano que já foi feito no país, apresentando avanços importantes como a titulação de terras e um programa ainda tímido, mas importante, de georeferenciamento e regularização fundiária. Problemas não faltam, como a falta de recursos e a dificuldade enfrentada para alterar os índices de produtividade, que são utilizados na desapropriação, que permanecem os mesmos há 25 anos. A pressão dos ruralistas permanece muito forte. Um dos problemas que acentua a preocupação com os limites enfrentados para implementar o PNRA é que, do outro lado, monoculturas de soja e eucalipto avançam em vários estados do país. Mas o problema central é mesmo os limites impostos por uma política econômica condicionada pela lógica de produzir superávits primários progressivamente rigorosos. Um cenário bastante adverso, em resumo, que só poderá ser resolvido, avaliam os movimentos, com luta, mobilização e maior unidade estratégica entre as diferentes organizações.

Ignacy Sachs disse entender as manifestações de impaciência dos movimentos sociais, mas destacou que, nos últimos dez anos, houve uma aceleração do processo de Reforma Agrária no Brasil. Poderia andar mais depressa, mas é uma das mais avançadas do mundo, sustentou, lembrando que assentar de 600 a 700 mil famílias não é uma coisa desprezível. Uma questão que não deve ser esquecida, assinalou, é que o Brasil está na contramão da tendência mundial de realizar contra-reformas agrárias.

A pergunta repetida várias vezes diante desse quadro de limitações e adversidades é clara e direta: qual é mesmo o real sentido da Reforma Agrária hoje? Há uma razoável convergência nas respostas: política de democratização do acesso à terra, capaz de produção de emprego e renda, defesa de um modelo de agricultura sustentável como apoio à agricultura familiar, democratização do acesso ao conhecimento, educação, infra-estrutura, seguro agrícola, respeito aos direitos étnicos de índios e negros, defesa da biodiversidade, fim das diferenças de tratamento entre homens e mulheres, valorização dos conhecimentos tradicionais, para destacar as mais citadas. Mas todo esse conjunto de propostas encontra abrigo em um conceito que funciona como guarda-chuva: a Reforma Agrária tem que ser um dos pilares de um novo modelo de desenvolvimento que resolva os problemas essenciais do povo brasileiro. A construção de um modelo deste tipo, obviamente, depende de uma mudança estrutural no Estado brasileiro.

Alguns elementos centrais já estão razoavelmente fixados. A Reforma Agrária não é pensada como uma política compensatória, mas sim como uma reforma estrutural que permita chegar a um outro patamar de desenvolvimento. Em segundo lugar, a reafirmação do potencial da agricultura familiar, entre outras razões pela compreensão de que a sua racionalidade é distinta daquela que caracteriza as empresas capitalistas. Na agricultura familiar, a unidade de produção e a unidade de consumo estão sobrepostas, o que implica necessariamente outra lógica de funcionamento. Isso significa, por exemplo, lembrou Sachs, que ela tem reservas latentes que podem ser usadas para aumentar a produção. Teríamos aí, portanto, um potencial de produção muito grande, um potencial de expansão do mercado interno. E o economista destacou um dado muito importante: de 85 a 90% dos homens e mulheres do mundo trabalham hoje para o mercado interno.

Historicamente, a expansão do mercado interno tem um efeito multiplicador positivo para a economia nacional. Citando o livro "Desarrollo desde adentro", do economista Osvaldo Sunkel, da Cepal, Sachs destacou ainda que a dinamização do mercado interno gera condições positivas para o fortalecimento do mercado externo. Para se chegar a isso, obviamente, são requeridas mudanças estruturais e não meras políticas compensatórias. Considerando que, no Brasil, há muita gente que considera a Reforma Agrária como uma política compensatória para "aliviar a pobreza", o combate a essa concepção torna-se uma tarefa prioritária na agenda da Reforma Agrária.

E esse combate implica, entre outras coisas, revisar o próprio conceito de crescimento. Por maior que seja o crescimento, não é possível falar de desenvolvimento se houver redução de empregos decentes e aumento da pobreza. O Brasil, aliás, é um bom exemplo disso, pois, ao longo do século XX, apresentou a maior taxa de crescimento do mundo, chegando ao final do mesmo século como um dos campeões globais de desigualdade e concentração de renda. Lutar pelo binômio Reforma Agrária – Desenvolvimento Rural só faz sentido se for para reverter essa tendência. E esse é, justamente, um dos sentidos mais profundos desta luta. Mas ela tem outros aspectos que normalmente são dissociados do debate econômico, como é o caso do machismo, do patriarcalismo, da discriminação das mulheres, do preconceito e discriminação que afetam negros e índios. Estabelecer essa conexão e dar visibilidade a ela é um outro desafio a ser enfrentado pela conferência de Porto Alegre e pela luta cotidiana dos movimentos sociais.

Luta sem a mulher é luta pela metade

Muitas vezes adicionada automaticamente nas agendas de lutas dos movimentos sociais e de políticas governamentais, a questão de gênero começa a aparecer com maior clareza como uma questão estruturante. Ignacy Sachs deu uma interessante sugestão sobre onde começar a pesquisas as raízes do problema: iniciar por fazer uma análise do tempo, sobre os estilos de vida e os usos do tempo. Ele apresentou uma tipologia de quatro formas de uso do tempo: tempo de trabalho no mercado,

tempo de trabalho fora do mercado, tempo do repouso biológico, tempo daquilo que é considerado “não trabalho” (que uma mulher “dona de casa” conhece muito bem). Considerando essa tipologia, o economista perguntou: como esses diferentes tipos de tempo está distribuído entre as mulheres? A resposta não é difícil.

As mulheres sempre estiveram na linha de frente da luta pela terra, ao lado de seus maridos, filhos e amigos. Além da discriminação expressa na ausência de políticas públicas destinadas a enfrentar de fato a desigualdade entre gêneros, elas sofrem também com o machismo e o patriarcalismo de seus maridos e companheiros. “Se você é casada comigo não precisa ter o nome no contrato de posse da terra”: essa é uma frase bem conhecida que expressa bem o tamanho e a natureza do problema. Como lembrou Maria Emília Lisboa Pacheco (Fase/ANA), o lugar da mulher é invisível porque, dentro da economia capitalista, seu trabalho acaba não contando. Não entra nas estatísticas. Segundo ela, estamos aqui diante da questão política de criação de novos sentidos para a democracia e a cidadania, sentidos estes que expressem as lutas por conquistas de novos direitos, conduzidas por atores sociais que afirmam sua identidade e buscam seu território. Acabar com essa invisibilidade implica, entre outras tarefas, questionar por que é mesmo que o trabalho da mulher ao cuidar de casa e da família não conta. E implica também, no interior dos próprios movimentos que lutam contra essa e outras formas de discriminação, combater as manifestações de machismo, patriarcalismo e autoritarismo que ainda acontecem.

O que há de contemporâneo na reforma agrária?

Temos, assim, um vasto e complexo leque de problemas e lutas em torno do eixo Reforma Agrária-Desenvolvimento Rural. Não se corre aqui o risco de perder o foco e, com isso, perder o sentido essencial dessa luta? Na verdade, antes de responder a essa pergunta é preciso encarar uma outra prévia: qual é mesmo o sentido contemporâneo da Reforma Agrária? O que é contemporâneo, afinal de contas? Lembrando uma observação feita por Oriel Rodrigues de Moraes, da Coordenação Nacional de Quilombos (Conaq), Maria Emília destacou que a luta pela terra começou ainda por volta de 1537 no Brasil. Portanto, não é propriamente a luta que é contemporânea, mas sim as nossas reflexões sobre ela e, principalmente, a emergência de novas identidades políticas, novos agentes sociais e políticos, que trazem consigo uma nova geração de lutas.

Além da questão da democratização do acesso à terra e da luta contra a concentração de propriedade e de renda no campo, ela chamou muito a atenção para um dos aspectos centrais desta nova geração de lutas: a crítica e o combate à apropriação privada de recursos naturais por parte do modelo agro-exportador. Nesta agenda constam o reconhecimento da biodiversidade, a defesa dos usos sociais da biodiversidade, a luta pelo acesso aos recursos genéticos (que também estão sob ameaça de privatização), defesa do acesso à água e luta contra privatização dos recursos hídricos, defesa do patrimônio genético e dos saberes tradicionais. Uma agenda, portanto, que se choca frontalmente com a lógica do modelo agro-exportador hegemônico que conhecemos. Essas lutas não se darão sem conflito, observou Maria Emília, e é preciso também resgatar a compreensão do conflito como um fator indissociável da construção da democracia.

Outra luta que, segundo ela, define a contemporaneidade da Reforma Agrária é aquela pelo cumprimento de um conceito assumido na Constituição de 1988, a saber, o de terras tradicionalmente ocupadas. Em várias partes do país, comunidades tradicionais estão tornando suas identidades visíveis e expressando sua reivindicação de direito à território. Por outro lado, a Constituição brasileira não contempla explicitamente a questão do direito étnico. Daí a importância, disse Maria Emília, de lutar para que o Brasil cumpra a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que garante a populações tradicionais reaverem seus territórios perdidos. Esse é um ponto extremamente importante para a luta dos indígenas e das comunidades quilombolas. Ela acredita que pelo menos um quarto do território nacional pode estar enquadrada hoje nesta categoria de terras tradicionalmente ocupadas.

Na avaliação da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), a luta pela recuperação desses territórios vem encontrando muitas dificuldades e não avançou como era esperado no atual governo. As comunidades indígenas vêm intensificando sua mobilização e tomando iniciativas para tentar romper a pressão de interesses econômicos contrários à demarcação de terras e à recuperação de territórios perdidos. Como fizeram, por exemplo, os tupis e os guaranis no Espírito Santo que usaram a convenção 169 da OIT como argumento para retomar uma área de terra hoje ocupada pela Aracruz Celulose. Essa luta é fundamental para as comunidades indígenas pois a terra significa, acima de tudo, um espaço e reprodução cultural, um espaço coletivo essencial para a sua sobrevivência cada vez mais ameaçada.

E não é apenas o acesso à terra (e aos recursos hídricos) que está em jogo nesta luta. Como lembrou Joaquim Correa de Souza Belo, da Coordenação Nacional dos Seringueiros (CNS), não basta garantir o acesso à terra, mas também aos recursos naturais necessários a sua forma de subsistência, como os óleos vegetais, as castanhas e os frutos. No caso da Amazônia, exemplificou, é preciso apostar em um modelo de desenvolvimento que leve em conta a região da forma como ela é, com sua fauna, flora, água e ar. Para ele, o desafio maior da conferência de Porto Alegre será tratar a reforma agrária levando em consideração toda essa diversidade e suas diferenças características. Quando se discute o desenvolvimento rural numa perspectiva mais ampla, é fundamental considerar exatamente as diferenças.

Na Amazônia, por exemplo, há projetos embrionários como os Projetos de Desenvolvimento Sustentáveis (PDSs) - como aqueles onde trabalhava a freira Dorothy Stang, assassinada em fevereiro deste ano por pistoleiros em Anapu (PA) - e projetos de áreas comunitárias extrativistas. No entanto, ressaltou, o governo ainda não conseguiu internalizar estes modelos de reforma agrária. Modelos que procuram combinar atividade econômica, com inclusão social e preservação ambiental. E que defendem a necessidade de conhecer e valorizar as diferenças no uso e gestão dos recursos naturais para pensar as diferentes políticas de reforma agrária. Maria Emília destacou essa necessidade de pensar diferentes modalidades de uso e gestão na definição de políticas de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural. Uma idéia que deve ser muito valorizada neste processo, segundo ela, é radicalizar o princípio agro-ecológico dos sistemas de produção e manejo, valorizando as práticas das comunidades tradicionais, com respeito às diferenças e reconhecimento da biodiversidade.

O desafio conceitual da Conferência

A Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural ocorrerá em meio à eclosão desses novos movimentos e dessas novas lutas relacionadas à questão agrária. Ocorrerá também cerca de três meses depois da reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Hong Kong, depois da Conferência Nacional do Meio Ambiente e alguns dias antes da Conferência das Partes da Convenção de Diversidade Biológica da ONU (COP-8), que ocorrerá em Curitiba. Essa proximidade delimita bem as relações estratégicas que existem esses encontros e, segundo se levantou na oficina preparatória para a conferência de Porto Alegre, ajudam a fixar aquela que seja talvez uma das principais tarefas desse encontro: definir com mais clareza a natureza dessa agenda que vai da luta contra a concentração de propriedade e de renda, passa pela luta das mulheres e chega ao combate à apropriação privada dos recursos naturais.

Encontrar o fio condutor dessas lutas e conseguir traçar um mapa com as relações entre essas diversas questões é um esforço conceitual importantíssimo que foi identificado como tarefa, por diversas pessoas e com diferentes inflexões durante os dois primeiros dias de debates da oficina CIRADR-Brasil. Parece haver um razoável consenso de que não basta dizer que todas

essas questões relacionadas e que é preciso trabalhar em todas as frentes ao mesmo tempo. Embora essa formulação não esteja errada, falta-lhe um elemento essencial: uma exposição mais qualificada e precisa da natureza dessas relações e das implicações políticas dessas conexões. Assim, por exemplo, deve-se estar preparado para acompanhar a reunião da Hong Kong em dezembro, onde, como disse o ministro Miguel Rossetto, são justamente as políticas agrícolas que expõem as melhores contradições, e retirar desse encontro algum acúmulo para a conferência de Porto Alegre. O mesmo se aplicando, obviamente, à Conferência Nacional do Meio Ambiente e depois, em um sentido inverso, levando algum acúmulo para a Conferência das Partes da Convenção de Diversidade Biológica (COP-8).

Falou-se várias vezes da necessidade de os movimentos sociais fortalecerem a unidade entre si e entre suas lutas como uma condição para levar essa agenda adiante. Pelo que se viu e falou na oficina preparatória, talvez uma das condições para esse objetivo possa ser atingido é justamente ter mais clareza do quanto elas estão relacionadas e exigem estratégias de ação em comum.

Co-idealizador e anfitrião da Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural da ONU em 2006, o Brasil se prepara para construir uma posição política que leve em conta a diversidade de experiências e posicionamentos da sociedade civil. Primeiro debate sobre o apresenta esboço da posição do país.

*\* Registro das discussões realizadas na Oficina CIRADR-Brasil, realizada em Brasília nos dias 9 a 11 de novembro de 2005, elaborado por Marco Aurélio Weissheimer, jornalista da Agência Carta Maior, por solicitação do Comitê Brasileiro.*

[http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=4032](http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=4032)

FAO

## **Contribuição Inicial do Comitê Brasileiro à Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural**

Realizou-se nos dias 9 a 11 de novembro de 2005 a Oficina CIRADR-Brasil, preparatória para a Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural da FAO. Contou com 135 participantes, representando 29 entidades e movimentos sociais, 12 órgãos de governo e um organismo internacional.

### **da Redação**

Realizou-se nos dias 9 a 11 de novembro de 2005 a Oficina CIRADR-Brasil, preparatória para a Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural da FAO. Contou com 135 participantes, representando 29 entidades e movimentos sociais, 12 órgãos de governo e um organismo internacional.

A Oficina foi uma iniciativa do Comitê Brasileiro, composto por entidades da sociedade civil e órgãos do governo federal, além do escritório da FAO, e que é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Ministério das Relações Exteriores. Sua principal finalidade é, por meio de um conjunto de ações, constituir um ambiente de reflexão e participação da sociedade brasileira no processo de preparação da Conferência.

Este documento apresenta uma série de pontos que o Comitê Brasileiro entende que devam ser considerados na preparação e na realização da Conferência, e que serão objeto de aprofundamento nas demais atividades a serem realizadas até março de 2006.

1. O fato de terem passado 27 anos da realização da última Conferência da FAO sobre o tema é revelador das mudanças que ocorreram no mundo neste período. Os compromissos da Carta do Campesino, de 1979, expressaram a necessidade de que os Estados nacionais implementassem estratégias de erradicação da pobreza, da fome e da subnutrição. Assinalavam o papel fundamental do Estado e da cooperação internacional na promoção de uma ação redistributiva de terras e o apoio à produção das comunidades rurais numa estratégia de abastecimento alimentar e de desenvolvimento.

A hegemonia neoliberal, entretanto, conduziu políticas de ajuste estrutural que excluíram estes temas das agendas nacionais e internacional, condenaram a reforma agrária e as políticas de desenvolvimento rural como parte de uma agenda anacrônica, superada pela modernização que resultou em crescimento da produção e da produtividade agropecuária. Como resultado, o empobrecimento e a exclusão social das comunidades rurais, a migração para as periferias pobres das grandes cidades, crescimento da desigualdade e da fome, agravamento da crise ambiental, aumento da violência e o acirramento dos conflitos sociais.

2. A realização da Conferência abre novas possibilidades para que a FAO retome um papel protagonista e para que os governos implementem políticas públicas orientadas para a promoção da reforma agrária e do desenvolvimento rural sustentável. Isso demanda a compreensão dos obstáculos enfrentados pelos países na implementação dos compromissos assumidos com a Carta do Campesino. Exige, também, um balanço crítico da trajetória da FAO e da atuação do Banco Mundial, em particular, que estimulou a implementação das chamadas "reformas agrárias de mercado", em detrimento de políticas redistributivas de terra e que vieram acompanhadas do desmonte de sistemas nacionais de apoio à produção e de abastecimento alimentar. Implica, ainda, superar a atual situação em que o tema das políticas agrícolas tem como cenário exclusivo a Organização Mundial do Comércio no âmbito da Rodada Doha de Desenvolvimento.

3. A atualidade da reforma agrária e das políticas de desenvolvimento sustentável e de promoção da igualdade no meio rural justifica-se pela relação íntima entre pobreza, fome, crise ambiental e a concentração da renda e da terra e, portanto, pelo lugar estruturante que deve ocupar em um modelo de desenvolvimento e na defesa de uma nova agenda internacional, capaz de contribuir com a superação de graves problemas urbanos.

Descarta-se, assim, considerar a reforma agrária como uma política compensatória destinada a aliviar a pobreza. Ao estimular a produção de alimentos para o mercado interno e a inclusão econômica e social das comunidades rurais criam-se condições favoráveis para alavancar projetos nacionais de desenvolvimento.

4. Esta atualidade decorre, ainda, da amplitude global da agenda da reforma agrária e do desenvolvimento rural sustentável, que envolve os temas da sustentabilidade ambiental, da biodiversidade, da questão de gênero, étnica, de geração, do comércio internacional, da segurança e soberania alimentar, do combate à violência, do acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação e previdência social, da matriz energética, entre outros. Nesse sentido, a reforma agrária inicia-se pelo acesso à terra e pelo reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas e deve ser acompanhada de um feixe de políticas públicas, simultâneas e permanentes, que garantam a promoção da igualdade de gênero, raça e etnia, o acesso ao conhecimento e tecnologias apropriadas, a preservação do patrimônio das sementes, ao crédito e a instrumentos de garantia de renda, como o seguro e programas de comercialização, de agregação de valor, defesa da biodiversidade, de acesso aos meios de comunicação e à inclusão digital e a valorização dos conhecimentos tradicionais. Isso pressupõe a retomada de um papel importante do Estado, o avanço no marco jurídico e institucional, o reconhecimento da importância econômica e social da agricultura familiar e o reconhecimento das diferentes modalidades de apropriação e uso dos recursos naturais
5. A retomada do debate sobre a reforma agrária e o desenvolvimento rural é imprescindível dada a persistência de problemas estruturais, a intensificação da violência relacionada à terra e a água, às experiências recentes de governos nacionais e pelo protagonismo dos movimentos sociais. Esse protagonismo contribui decisivamente para a incorporação de novos temas, o resgate de práticas e conhecimentos, a democratização dos países e a constituição de espaços de diálogo e participação social. Num ambiente de emergência de novas identidades políticas, novos agentes sociais e políticos trazem consigo uma nova geração de lutas orientadas para a crítica e o combate à apropriação privada de recursos naturais por parte do modelo agroexportador e a garantia a um conjunto de direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

A metodologia de construção da CIRADR deve expressar o reconhecimento deste protagonismo com toda a sua diversidade no processo preparatório e na programação da Conferência oficial.

6. Ao reconhecer a diversidade de sujeitos e de situações deve-se levar em conta a importância da promoção dos direitos territoriais e da autodeterminação dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, extrativistas, pescadores/as artesanais, comunidades ribeirinhas e demais populações tradicionais. Isso implica a garantia do acesso e a preservação dos recursos naturais, o reconhecimento e a valorização dos conhecimentos e das práticas destas comunidades e as diferentes modalidades de uso e gestão dos recursos naturais como referências para um novo padrão de desenvolvimento. Além disso, as legislações nacionais devem reconhecer a proteção de tais conhecimentos e da biodiversidade.

7. A superação da desigualdade a que as mulheres rurais estão submetidas integra os compromissos fundamentais nesta retomada da agenda da reforma agrária e do desenvolvimento rural sustentável. O desafio a ser buscado é a ampliação e consolidação dos direitos das mulheres aos recursos produtivos, como a terra, crédito e as condições básicas para o pleno exercício da cidadania. Políticas de titulação conjunta, de documentação civil e trabalhista, assistência técnica apropriada e o financiamento de políticas públicas de apoio à autonomia das mulheres rurais devem estar associadas à efetiva participação e controle social e ao reconhecimento de suas organizações.

8. A garantia da segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar dos povos deve estar no centro das políticas de desenvolvimento rural, para as quais as políticas de reforma agrária são fundamentais, seja porque garantem a subsistência e o acesso a renda para as populações rurais, seja porque aumentam a oferta de alimentos para toda a nação. A segurança alimentar e nutricional começa com o acesso a terra e a recursos produtivos; mas depende também de políticas de distribuição de renda, melhoria dos sistemas de comercialização, mudança de padrões alimentares e garantia de qualidade dos alimentos consumidos pelo conjunto da população. As políticas de desenvolvimento rural, ancoradas no respeito à diversidade cultural e étnica, devem especialmente valorizar a cultura alimentar dos grupos sociais urbanos e rurais, resgatando valores ligados à alimentação, freando a atual tendência de homogeneização dos hábitos alimentares.

9. Um outro desafio da sustentabilidade do desenvolvimento considerando as diversidades regionais e culturais, implica na incorporação de uma abordagem territorial, que seja capaz de superar as políticas setoriais isoladas, garantindo a participação da diversidade de atores sociais e governamentais que vivem e atuam nas áreas rurais, na construção de um projeto de desenvolvimento que considere as dimensões ambiental, cultural, econômica, política e social.

10. A intensa agenda de negociações que envolve, atualmente, as nações na construção de acordos de integração regional, na redefinição das regras do comércio internacional e nas conferências internacionais repercute diretamente sobre as possibilidades dos países implementarem políticas de reforma agrária, de defesa de sua biodiversidade e de fortalecimento da agricultura familiar e das comunidades rurais tradicionais.

Em todas as negociações internacionais – comerciais e de integração regional – os países em desenvolvimento devem garantir a preservação de sua capacidade de implementar políticas soberanas de desenvolvimento e de defesa da biodiversidade.

[http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=4027&alterarHomeAtual=1](http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=4027&alterarHomeAtual=1)

TV CARTA MAIOR

## Conferência Internacional sobre Reforma Agrária tem prévia

Representantes do governo federal e de movimentos sociais reúnem-se até sexta-feira (11), em Brasília, para um debate prévio sobre a II Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural da FAO, que ocorre em março, em Porto Alegre.

### Da Redação – Carta Maior

**Brasília** - Representantes do governo federal e de movimentos sociais e reúnem-se a partir desta quarta-feira (9), no Palácio Itamaraty, para uma oficina sobre os trabalhos e temas que serão discutidos durante a II Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR), promovida pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) e agendada para 7 a 10 de março de 2006, em Porto Alegre. A oficina, que vai até sexta (11), foi organizada pelo comitê brasileiro da Conferência, que congrega 29 entidades da sociedade e do governo federal. [Clique aqui e assista na TV Carta Maior.](#)

Espera-se a presença de cerca de 100 pessoas no evento, entre representantes do governo e de diferentes movimentos sociais, como Contag, MST, Fetraf, MLST, movimentos de mulheres, organizações indígenas, quilombolas e entidades ambientalistas. Em discussão, os temas a serem apresentados na Conferência, entre eles a análise da atuação dos organismos internacionais, experiências internacionais recentes, as novas possibilidades de integração das políticas de acesso à terra e aos demais recursos naturais.

O coordenador geral do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead) do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Caio França, observa que a experiência brasileira no âmbito das políticas públicas e dos movimentos sociais mostra a necessidade de uma profunda vinculação entre as dimensões do acesso à terra e das políticas de apoio à produção com os temas da segurança alimentar, da promoção da igualdade de gênero e da sustentabilidade ambiental. "A oficina vai propiciar uma reflexão sobre os desafios que os países enfrentam na implementação da reforma agrária e das políticas de promoção da igualdade, que reconhecidamente tem um papel fundamental para o desenvolvimento das nações", destaca.

O encontro internacional em Porto Alegre dará continuidade à Conferência Mundial de 1979, cuja Declaração de Princípios e Plano de Ação ficaram conhecidos como Carta do Campesino. Espera-se a participação de representantes de 188 países para discutir um tema que não deixou de ser fundamental para o futuro dos povos do mundo. Hoje, três quartos dos pobres do mundo vivem no meio rural. No Brasil, considera-se que 77% da população viva em zonas urbanas. Entretanto, como apenas 411 das 5.507 municipalidades brasileiras apresentam mais de 150 habitantes por quilômetro quadrado, aquela porcentagem torna-se relativa. A concentração de renda, geralmente, vem acompanhada da concentração de terras. No Brasil, apenas 10% da população conta com renda superior a R\$ 900,00; 2% dos proprietários detêm 43% das terras cultiváveis.

\* Com informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário